

CAÉLISON LIMA DE ANDRADE
Matrícula nº 99.3.01.02

**Projeto Economia de Comunhão na Liberdade:
12 anos de uma Experiência Peculiar de Economia Solidária**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Acre como requisito parcial para obtenção do Grau em Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: Profº José Porfiro da Silva

Rio Branco, janeiro de 2005.

CAÉLISON LIMA DE ANDRADE

**Projeto Economia de Comunhão na Liberdade:
12 anos de uma Experiência Peculiar de Economia Solidária**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Acre como requisito parcial para obtenção do Grau em Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora

Profº _____
Msc.José Porfiro da Silva (orientador)
Universidade Federal do Acre

Profº _____
Dr.Francisco Carlos Cavalcante (membro)
Universidade Federal do Acre

Profº _____
Msc.Robinson Antônio da Rocha Braga (membro)
Universidade Federal do Acre

Rio Branco, janeiro de 2005.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado a todos àqueles que, como eu, desejam construir um mundo melhor e que, principalmente, querem fazer a sua parte.

Agradeço em primeiro lugar, a meus pais: José Eilson de Andrade e Cassilda lima de Andrade e familiares por estarem comigo em todos os momentos seja do curso, seja da minha vida. Aos meus amigos que deram tudo para que eu consegui-se chegar até aqui. Ao Movimento dos Focolares, que me deu todo o suporte material e espiritual necessários para que eu conclui-se a pesquisa. Em especial, agradeço a Deus por este momento e por todas as pessoas que Ele utilizou como seu instrumento para me ajudar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
I – ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	7
1.1 Economia Solidária: Um Movimento em Evolução.....	11
1.2 Economia Solidária no Brasil.....	14
1.3 Empreendimentos Solidários.....	17
1.3.1 Princípios Gerais dos Empreendimentos Solidários.....	18
II – ECONOMIA DE COMUNHÃO: GÊNESE CULTURAL.....	20
2.1 Doutrina Social Cristã.....	21
2.2 Movimento dos Focolares.....	24
2.2.1 Movimento dos Focolares: Estrutura.....	26
2.2.2 Movimento dos Focolares: Manifestações Sociais Pelo Mundo.....	27
2.3 Movimento dos Focolares no Brasil.....	30
III – PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE.....	32
3.1 Economia de Comunhão (EdC): Origem e Objetivo.....	32
3.2 Aspectos Essenciais da EdC.....	35
3.2.1 A Finalidade.....	35
3.2.2 A Cultura da Partilha.....	35
3.2.3 Homens Novos.....	36
3.2.4 As Escolas.....	36
3.3 Desenvolvimento e Perspectivas da Economia de Comunhão.....	37
3.4 EdC e o Paradigma da Racionalidade.....	38
3.5 Aspectos Gerais das Empresas Ligadas ao Projeto EdC.....	43
3.6 Os Desafios a Serem Enfrentados pela EdC.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
BIBLIOGRAFIA.....	51
ANEXO 01.....	53
ANEXO 02.....	54
ANEXO 03.....	56

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos do século XX, o modelo capitalista de desenvolvimento, movido pelo capital financeiro, parece ter atingido um nível perigoso de transformações, principalmente no que tange o cenário sócio-econômico do mundo. Fatos como a intensificação do processo de globalização e a queda do bloco Socialista Soviético, aceleraram o processo de concentração do capital, incremento da competição e da tecnologia, terminando por eliminar a capacidade de geração de emprego por parte das organizações privadas. Soma-se a isto, a situação dos Estados mais pobres, envolvidos em seguidas crises políticas, administrativas e financeiras, reduzindo também, suas capacidades de absorção de mão de obra e alocação de recursos nas áreas sociais.

Diante deste quadro, os mais diversos setores da sociedade, como igrejas, ONGs e sindicatos, se mobilizaram no sentido de criar alternativas capazes de gerar emprego e renda às camadas mais fragilizadas economicamente.

O termo “economia solidária” será usado neste trabalho, com referência a esse conjunto de experiências.

O objetivo desse trabalho é apresentar o projeto de Economia de Comunhão e na Liberdade (EdC) como uma dessas experiências alternativas. Seu elemento distintivo é a inserção da dimensão: Comunhão, ou seja, da partilha dos esforços e dos resultados, dividindo o lucros em três partes:

- 1 – reinvestir na atividade, de modo que ela se mantenha viável economicamente;
- 2 – patrocinar a formação humana, afim de fortalecer a matriz cultural que lhe dá respaldo;
- 3 – ajudar pessoas em situação de pobreza, inicialmente, no âmbito do Movimento dos Focolares.

A metodologia empregada na elaboração deste trabalho apresenta três fases distintas.

A primeira constitui a elaboração do projeto de pesquisa com base em pesquisas bibliográficas considerando obras relevantes para temática, bem como teses, dissertações e

monografias, consultas à Internet, leitura e fichamento de textos relacionados ao objeto de estudo, Economia Solidária com ênfase na Economia de Comunhão, utilizando autores como Paul Singer, Aníbal Quijano, Luiz Inácio Gaiger, Luiz Razeto, Stefano Zamagni, Luigino Bruni entre outros. Essa fase compreendeu o período de outubro de 2002 a fevereiro de 2003.

A segunda fase trata da coleta de dados, com visitas às empresas do Polo Empresarial Espartaco na cidade de Cotia/SP, e outras empresas localizadas na cidade de Vargem Grande Paulista/SP, totalizando 8 (oito) empresas. Ainda a pesquisa documental ao Centro Nacional de Pesquisa e Estudos da Economia de Comunhão, dentro da Mariápolis Ginetta em Vargem Grande Paulista/ SP, no período de 14 de março a 11 de abril de 2003.

Nas visitas a essas empresas realizou-se o contato com funcionários, empresários, pesquisadores e pessoas beneficiadas pelas iniciativas sociais das empresas envolvidas com o projeto.

Na terceira e última fase destaca-se a organização e interpretação dos dados obtidos, incluindo a revisão bibliográfica e a redação final do trabalho, compreendendo o período de abril de 2003 a janeiro de 2005.

Para maior clareza e objetividade do texto, o trabalho foi organizado em três capítulos.

O primeiro, descreve sucintamente as organizações de motivação solidária, apresenta as condições que favoreceram o seu desenvolvimento e suas principais limitações.

Segundo capítulo, apresenta a experiência que, segundo os idealizadores da EdC, dá suporte a esta iniciativa. Apresentaremos sua estrutura, espiritualidade, o estilo de vida proposto por seus membros e outras manifestações sociais.

No terceiro capítulo, trataremos de expor o projeto EdC: os objetivos, as finalidades, as características, os resultados e os principais desafios.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quando nos referimos a expressão “Economia Solidária” consideramos a possibilidade de justapor duas outras que quando isoladas se sugerem antagônicas: “economia” e “solidariedade”.

Isto porque a primeira é entendida como economia de mercado que “representa uma atividade voltada exclusivamente para a obtenção de cada vez mais lucro, baseando-se essencialmente na competição, concorrência e conseqüentemente, na exclusão dos menos competitivos e perdedores”. (ANTEAG, 2002, p.21-22)

E a última significa antes de tudo respeitar, não abrir mão de conquistas históricas da classe trabalhadora. Também significa propiciar condições para que aqueles que estejam marginalizados pelo mercado de trabalho possam ser inseridos nele.

“A Economia Solidária tem representado uma nova forma de se organizar enquanto trabalhadores e um empenho coletivo de se manter ou de se inserir (quando excluídos) no mercado e na sociedade” (ANTEAG, 2002, p.21-22). Ela é também conhecida como Economia Alternativa ou Economia Popular Solidária, pois

Constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro – compõem a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não é só o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses.¹

Na avaliação de Singer, isto significa que o modo de produção é hegemônico, mas não impede o desenvolvimento de outros porque ele é incapaz de absorver dentro de si toda a população economicamente ativa.

¹ SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil, 2002, p.86.

(...) Ela (a Economia Solidária) aproveita a mudança na relação de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.²

A Economia Solidária (EcS)³ surge como alternativa ao capitalismo, sendo criada e recriada “pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados pelo mercado”. Sua proposta é unir “o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização desses meios (o capitalismo)” (SINGER, 2000, p.13). Em outras palavras, a diferença é que este modelo busca a maior racionalidade valendo-se da cooperação e da exploração das potencialidades do trabalho consorciado, beneficiando os próprios produtores.

(...) Esse espírito distingui-se da racionalidade capitalista – que não é solidária nem inclusiva – e da solidariedade comunitária – à qual faltam os instrumentos adequados ao desempenho econômico da sociedade contemporânea.⁴

Segundo Razeto (1993, p.15-16) para a prática da EcS, falta em primeiro lugar, introduzir o conceito de solidariedade à teoria econômica, considerando que “a solidariedade é algo que, em alguma medida, está presente em todo ser humano” e, conseqüentemente, “trata-se de por solidariedade nas empresas, no mercado, no setor público, nas políticas econômicas, no consumo e gasto social”.

Segundo o nível e grau de integração entre a solidariedade e as atividades, unidades e processos econômicos, a EcS também se manifesta de maneira diversa. Por isso Razeto (1993, p.18) diferencia nela e no seu processo de desenvolvimento duas grandes dimensões:

por um lado, haverá Economia Solidária na medida em que, nas diferentes estruturas e organizações da economia global, vai crescendo a presença da solidariedade pela ação dos sujeitos que a organizam. Por outro lado, identificaremos a Economia Solidária em uma parte ou setor especial da economia: naquelas atividades, empresas e circuitos em que a solidariedade se tenha feito de maneira intensiva e onde opere como

² SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas, 1999, p.138

³ A partir desse momento quando aparecer a sigla EcS, entenda-se Economia Solidária.

⁴ GAIGER, Luiz. Empreendimentos Solidários como alternativa econômica para os pobres, 1998, p.47-71, disponível em: www.ecosol.br/economia%20popular%20solid%E.1ria.htm, acesso em: 24/01/2005 às 14:00hs.

articulador dos processos de produção, de distribuição, consumo e acumulação.⁵

Para maior clareza e objetividade deste trabalho, delimitaremos o estudo entorno da segunda dimensão descrita acima, sem com isto, desconsiderar a importância da primeira, pois ambos aspectos se alimentam e enriquecem reciprocamente, ou seja,

(...) um setor da Economia Solidária conseqüentemente poderá difundir sistemática e metodicamente a solidariedade da economia global, fazendo-a mais solidária e integrada. Por sua vez, uma economia global em que a solidariedade esteja estendida, proporcionará elementos e facilidades especiais para o desenvolvimento de um setor de atividades e organizações econômicas conseqüentemente solidárias.⁶

Este modo de produção e distribuição alternativo tem como princípios básicos “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10). Seus sócios objetivam primordialmente promovê-la “tanto para dar trabalho e renda a quem precisa, como para difundir no país (no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p.16).

A multiplicidade dessas experiências, aliadas à longevidade alcançada em alguns casos, especialmente naqueles respaldados por alguma instituição, como programas de ação contínua, vêm propiciando resultados tangíveis que merecem atenção.

Em primeiro lugar, muitas experiências têm garantido a sobrevivência imediata e a subsistência de populações carentes, afetadas há mais de duas décadas por uma conjuntura economicamente adversa. Além disso, oportunizam o aprendizado de algum ofício, o domínio de técnicas simples e eficientes e, portanto, algum crescimento intelectual e profissional.⁷

A EcS alcança populações de perfil heterogêneo, variando de situações de penúria extrema a pequenos empreendedores com algum patrimônio e margem de capitalização. Há alguns anos, essas iniciativas de natureza solidária, eram vistas basicamente como respostas

⁵ RAZETO, Luís, Los Caminos de la Economía de Solidaridad, Editora: Vivarium, Santiago, Chile, 1993, p. 18.

⁶ RAZETO, Luis. Los caminos de la Economía de Solidaridad, 1993, p.18.

⁷ GAIGER, Luiz. Empreendimentos Solidários como alternativa econômica para os pobres, 1998, p.47-71, disponível em: www.ecosol.br/economia%20popular%20solid%20E.1ria.htm, acesso em: 24/01/2005 às 14:00hs.

emergenciais, tópicas, como um efeito paliativo ou como mero lenitivo diante de situações de pobreza e miséria.

(...)Atualmente, torna-se mais receptiva a interpretação que admite serem respostas necessárias a demandas urgentes, vindo aí, ademais a base para uma reconstrução do tecido social em que vivem as classes populares, cuja tendência à decomposição, sem esta ação contra-ofensiva, alcançaria níveis intoleráveis.⁸

Baseada na cooperação entre produtores e consumidores e, por buscar a satisfação máxima (com vistas ao desenvolvimento humano) ao menor custo (tanto para os produtores, como para a sociedade), a EcS parece está abrindo as portas de um mercado não capitalista, “o qual as experiências de geração de renda, bem mais que um último recurso, venham a orientar-se por uma lógica de crescimento e expansão” (GAIGER, ano, p.10).

A EcS não é a criação por responsabilidade intelectual de alguém, embora os autores socialistas denominados “utópicos” do início do século XIX (Owen, Fourier, Bucez, Proudon, etc.), tenham contribuído decisivamente. (SINGER, 2000, p.13). E este autor ainda acrescenta que “a Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo, como tal, ela não poderia precedê-lo, mas o acompanha como uma sombra em toda a sua evolução”.

Para maior compreensão da lógica deste modelo (EcS) é importante considerar a crítica operária e socialista ao modo de produção capitalista. “O que ela condena no capitalismo é antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção”, ou seja, “todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude”. (SINGER, 2000, p.14)

A crítica ao capitalismo prossegue ao considerar os seus efeitos extra empresa: a crescente desigualdade entre a classe capitalista cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho – os seus descendentes –

⁸ GAIGER, Luiz. Empreendimentos Solidários como alternativa econômica para os pobres, 1998, p.47-71, disponível em: www.ecosol.br/economia%20popular%20solid%20E.1ria.htm, acesso em: 24/01/2005 às 14:00hs.

que substituirão os trabalhadores aposentados e os sustentarão mediante suas contribuições e os sustentarão mediante suas contribuições previdenciárias.⁹

1.1 ECONOMIA SOLIDARIA: UM MOVIMENTO EM EVOLUÇÃO

As primeiras manifestações no campo da solidariedade entre trabalhadores ocorreram na Inglaterra, resultado das transformações advindas da Revolução Industrial a pelo menos duzentos anos.

(...) Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo: 1º) homens e mulheres vitimados pelo capital, organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com empresas capitalistas; 2º) pequenos produtores de mercadoria, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economia de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socialista de propriedade deles; 3º) assalariados se associam para adquirirem em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4º) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitam obter empréstimos a juros baixos e, eventualmente, financiarem empreendimentos solidários; 5º) os mesmos criam também, associações mútuas de seguro, cooperativas de habitação e etc.¹⁰

Nos últimos 30 anos, essa forma alternativa de organizar as unidades, atividades e processos produtivos (EcS), parece estar alcançando dimensões consideráveis, tanto em qualidade quanto em quantidade. Quijano (2002, p.481-482) atribui esse crescimento, primordialmente, a dois fatores: 1º) o próprio capitalismo evidentemente (especialmente pela virulência das tendências desencadeadas pela intensificação do processo de “globalização”); 2º) a frustrada experiência da nacionalização, do fracasso das administrações de países socialistas em economias ocidentais e principalmente, desmoronamento do socialismo burocrático dos países do “bloco socialista”. Essas transformações intensificaram o processo de aceleração da acumulação de capital, o

⁹ SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição, 2000, p.14.

¹⁰ SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição, 2000, p.14.

incremento da competição e a reconversão tecnológica. (...) “O resultado é uma modernização parcial e dependente, que termina por conferir ao setor informal papel preponderante para sobrevivência de amplos extratos sociais” (RAZETO, 1997: p.29-30 citado por GAIGER, Luiz Inácio, nome do artigo, ano). No caso da América Latina acrescenta-se a isso

(...) à raiz da crise econômico-financeira dos anos 70, do abandono do modelo nacional desenvolvimentista que, mal ou bem, significara o estabelecimento de certas garantias sociais, previdenciárias, trabalhistas e um compromisso do Estado com o atendimento de necessidades básicas no campo da saúde, educação e emprego.¹¹

Em outras palavras, modificações tecnológicas com reflexo na organização do trabalho somada à reestruturação dos mercados nacionais e internacionais e a intensidade do processo de capitalização dos fatores de produção, limitaram a capacidade de geração de emprego e excluíram as populações mais pobres do acesso aos bens e serviços essenciais. Ao mesmo tempo, o Estado envolveu-se em sucessivas crises fiscais e político-administrativas, terminando por reduzir sua capacidade de absorção de mão-de-obra e alocação de recursos nas áreas sociais. Diante deste quadro

(...) “amplia-se em consequência a busca de alternativas de sobrevivência, diante da qual os setores populares do continente contariam, até certo ponto, com a preservação de identidades coletivas calcadas numa história e num território comuns” (DEFOURNY, 1994: p.4) e, por outro lado, com uma larga experiência de informalidade econômica cuja persistência e amplitude crescente são marcas estruturais de nosso desenvolvimento.¹²

No Brasil, o auge da crise do modelo de desenvolvimento, parece ter seus pilares na década de 70. No entanto, os anos 80 e 90 foram a vitrine desse desequilíbrio. Segundo Magalhães & Todeschini (2000, p.141) três fatores se somaram na conformação desse cenário: “a crise fiscal, a 3º Revolução Industrial e a globalização”, sugerindo que esta conjuntura acelerou os processos de endividamento, aumento da inflação, acirramento da

¹¹ GAIGER, Luiz. Empreendimentos Solidários como alternativa econômica para os pobres, 1998, p.47-71, disponível em: www.ecosol.br/economia%20popular%20solid%20E.lria.htm, acesso em: 24/01/2005 às 14:00hs.

¹² GAIGER, Luiz. Empreendimentos Solidários como alternativa econômica para os pobres, 1998, p.47-71, disponível em: www.ecosol.br/economia%20popular%20solid%20E.lria.htm, acesso em: 24/01/2005 às 14:00hs.

competitividade, reestruturação produtiva e gerencial, substituição do controle rígido e direto da produção pelo controle de mercado (informação, marcas e patentes) e a fusão ou organização de redes envolvendo grandes empresas.

As características principais desse modelo são a presença do capital financeiro como principal coordenador do desenvolvimento, sob o qual todas as estratégias econômicas, dentre elas a reestruturação produtiva, estão subordinadas. Como consequência de um ambiente globalizado, a acumulação flexível está provocando profundas transformações no mercado de trabalho, com novas divisões e distribuições do trabalho e enfraquecimento sindical.¹³

As principais alterações do mercado de trabalho causadas por essas mudanças são: (...) “redução na ocupação da indústria, a terceirização, a informalização, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a subproletarização, além da queda acelerada das ocupações nas atividades agrícolas” (MAGALHÃES & TODESCHINI, 2000, p.142).

A realidade social vivida pelas populações mais pobres, no final do século XX, na interpretação de Gaiger, apresentava-se em um quadro perigosamente negativo (desemprego em massa, alto índice de informalização e ações assistencialistas de caráter paliativo). Fazia-se necessário, então, encontrar alguma forma de garantir a sobrevivência das parcelas mais carentes da sociedade. Nesse sentido, o autor destaca a integração de todos os setores da sociedade, o Estado e Organizações não governamentais (principalmente igrejas e sindicatos). O primeiro passo foi aproveitar as iniciativas já existentes. Assim,

(...) o caráter assistencial, predominante nos anos 80, muitas vezes deu lugar a ações que buscavam a emancipação dos setores sociais assistidos, mediante a revitalização de suas energias e a procriação de tecnologias produtivas e organizacionais compatíveis com seus saberes tradicionais e sua capacidade de ativar recursos próprios. Ao poder público e às instituições filantrópicas, juntaram-se setores renovados das igrejas, ONG’S e organizações populares. Fundos e agências internacionais, igualmente, adotaram nova postura, estimulando a auto-sustentação dos

¹³ MAGALHÃES, Reginaldo e TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT, 2000, p.141.

grupos beneficiários e, portanto, sua viabilidade econômica no interior de uma economia de mercado.¹⁴

“Neste particular, observa-se que certas experiências transcendem o patamar de subsistência e tornam-se empreendimentos solidários” (GAIGER, 1996, p.113), porque “com base numa racionalidade econômica, em que se aliam a cooperação e a busca de eficiência, logram algum nível de acumulação e crescimento. Embora vulneráveis, alcançam estabilidade mínima e viabilidade a médio prazo” (GAIGER, 1996, p.113).

1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Os primeiros passos da (EcS) no Brasil foram dados no início do século XX, com a chegada do Movimento Cooperativo trazido pelos emigrantes europeus. Que adotou o modelo de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo eram em geral empresa e serviam para proteger os trabalhadores das altas de preços. Mais recentemente, as grandes redes de hipermercados conquistaram o mercado e causaram o fechamento de grande parte das cooperativas de consumo. As cooperativas agrícolas conseguiram se desenvolver chegando, em alguns casos a se transformarem em grandes empreendimentos agro-industriais e comerciais. Contudo, na interpretação de Singer nenhuma dessas experiências era ou é autogestionária. Tanto em uma quanto na outra, seus diretores e as pessoas que as operam são assalariadas, e, portanto, não se pode considerá-las parte da Economia Solidária.(SINGER, 2000, p.25)

Nas décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, principalmente por causa da crise fiscal da década de 1980 e da abertura às importações na década de 1990, milhões de postos de trabalho foram perdidos¹⁵, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social. Desse processo, resultou o ressurgimento da Economia Solidária no Brasil. Assumindo, de modo geral, a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias.(SINGER, 2000, p.25)

¹⁴ GAIGER, Luiz. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular. 1996, p.113.

¹⁵ Ver anexo 01.

Ainda nos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fies, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado. Há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra.¹⁶

Outra modalidade de Economia Solidária, surgiu da tomada de empresas falidas ou em via de falir por parte de seus trabalhadores, transformando-as em cooperativas autogestionárias. Foi a forma encontrada pelos trabalhadores de se defender do colapso industrial, preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões. O primeiro caso de sucesso de cooperativas desse tipo, desenvolveu-se a partir de 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), à qual estão hoje filiadas mais de uma centena de cooperativas. A mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol).

Outra modalidade de Economia Solidária, surgida no Brasil naquela época, foi desenvolvida pelo Movimento Sem Terra (MST), que conseguiram assentar centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias. Para isso, “criou o Sistema Cooperativas dos Assentados (SCA). Passados dez anos de sua organização, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros.

Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS).

¹⁶ SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul, **Introdução à Economia Solidária**, editora Fundação Perseu Abramo 2002, p.122.

As ITCPS são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários.¹⁷

Apartir de 1999, os agentes envolvidos com as ITCPS constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. Esta fundação vem desenvolvendo desde 1997, um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária.

Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado ITCPS, a Anteag, a Unisol e outros programas congêneres.

O objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo.¹⁸

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical brasileira, criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

A ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho. Uma de suas atividades prioritárias é a criação de cooperativas de crédito solidário, em parceria com o Rabobank, importante banco cooperativo holandês.¹⁹

Por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia, integrada por diversas entidades de

¹⁷ SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul, **Introdução à Economia Solidária**, editora Fundação Perseu Abramo 2002, p.123.

¹⁸ SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul, **Introdução à Economia Solidária**, editora Fundação Perseu Abramo 2002, p.124.

¹⁹ SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul, **Introdução à Economia Solidária**, editora Fundação Perseu Abramo 2002, p.124.

fomento da economia solidária de todo o país. É uma rede eletrônica que promove o intercâmbio de informações e está se transformando também em rede de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores.

Este quadro sintético da economia solidária no Brasil é incompleto, pois se restringe às informações disponíveis no momento (fevereiro de 2002). É muito provável que outras iniciativas de economia solidária estejam se desenvolvendo no vasto território de nosso país.²⁰

1.3 EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS

Ao se organizarem com o objetivo de garantirem sua sobrevivência, trabalhadores excluídos dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços – muitas vezes essenciais – reúnem-se, em geral na forma de Cooperativas²¹ ou Associações (no campo e na cidade). Essas iniciativas são denominadas “Empreendimentos ou Empresas Solidárias”, apresentando origens e estruturas diversas (SINGER, 2002, P.122), destacando-se as organizações advindas da falência de empresas privadas (ANTAEG), da subutilização do solo (MST) e do desemprego em massa (Cáritas e Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida – ACCMV). Com tudo, deve-se salientar que apesar da multiplicidade dessas experiências solidárias, elas partilham traços comuns (QUERMES, ano, p12-14).

²⁰ SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul, **Introdução à Economia Solidária**, editora Fundação Perseu Abramo 2002, p.124.

²¹ A unidade típica da EcS é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

1.3.1 PRINCÍPIOS GERAIS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

- a) Autogestão – o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras associados controlam a gestão dos negócios de forma autônoma frente a estruturas e ambientes externos;
- b) Democracia – as decisões são tomadas pelo conjunto dos trabalhadores associados por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, assegurando transparência no exercício da direção e fiscalização;
- c) Participação – os processos são participativos. Todos são sujeitos e responsáveis pelo desenvolvimento do empreendimento comunitário. A participação no processo confere lisura nas decisões;
- d) Igualitarismo – os critérios de remuneração pelo trabalho dão-se de forma eqüitativa, não há discriminação ou peso diferenciado nas decisões. O regime de trabalho é o mesmo para todos;
- e) Cooperação – a responsabilidade é compartilhada no processo produtivo. As relações são as de confiança e reciprocidade. Há paridade social entre as funções de direção e de execução, entre tarefas manuais e intelectuais;
- f) Auto-sustentação - as atividades produtivas geram a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, mas esta viabilidade deve ter um comprometimento com o meio ambiente, com novas relações humanas e com a sustentabilidade das gerações futuras;
- g) Desenvolvimento Humano – o empreendimento não deve ser apenas econômico, mas deve desencadear um processo de formação integral, gerando uma nova consciência política-cidadã e nova postura profissional;
- h) Responsabilidade Social – este princípio estrutura-se na solidificação de uma solidariedade comprometida com fundamentos que melhorem as condições econômicas da comunidade, propicie novas relações econômicas e novas práticas comunitárias constituindo uma nova cultura.

Quermes (ano, p.14-15) considera que dificilmente algum empreendimento apresente todas essas características, contudo se esse empreendimento apresentar alguns

desses princípios, de forma eficaz, ele tem uma grande possibilidade de ser considerado um empreendimento solidário.

Além dos Copergatos²², alguns dos obstáculos encontrados na constituição e desenvolvimento dos projetos de EcS e de auto-gestão são:

- Resistência em superar a cultura paternalista que tanto inibe iniciativas e faz que os trabalhadores esperem que façam tudo por eles;
- Medo de correr riscos no negócio e de assumir responsabilidade perante o coletivo;
- Dificuldade de gerir o negócio com competência e de maneira democrática, transparente;
- Inexistência de financiamento aos projetos viáveis. Os trabalhadores, geralmente, não têm aval e garantias. As instituições públicas e privadas, além de burocráticas, são elitistas e cheias de preconceitos: não acreditam na capacidade produtiva coletiva tampouco na inteligência dos trabalhadores;
- Resistência de trabalhar na constituição do “coletivo tomando decisões” evitando a ocorrência do antagonismo: centralismo-democratismo;
- Falta de recursos, no curto prazo, para melhorar as condições de saúde no trabalho, visando tornar as empresas menos insalubres, menos perigosas e menos agressivas ao meio ambiente.

²² Uma forma mais elaborada de atuação dos “gatos” é por meio de cooperativas de mão-de-obra - também chamadas de **“gatoperativas” ou “coopergatos”**. Francisco Alves relata que elas foram criadas pelas indústrias de suco concentrado para lhes dar controle do fluxo logístico da laranja sem que precisem fazer a colheita e o transporte. As “coopergatos” passaram a operar também na cafeicultura, principalmente em São Paulo, no sul de Minas Gerais e no norte do Paraná. Os cafeicultores aderem a elas porque assim dispõem de uma alternativa legal - e mais barata - de contratação, sem o risco de responderem a ações trabalhistas. Cabe aqui uma breve distinção: na contramão do **cooperativismo popular de base solidária**, algumas cooperativas, que normalmente não se enquadram na legislação cooperativista, estão ligadas aos processos de redução de custos e dos direitos dos trabalhadores, essas cooperativas são conhecidas como “coopergatos” ou “cooperfraudes”.. Santin Patrícia, As Cooperativas Populares de Bases Solidárias, disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano7/07/opiniao.htm> acesso às 18:00 em 25/01/2005.

CAPITULO 2

ECONOMIA DE COMUNHÃO: GÊNESE CULTURAL

O projeto Economia de Comunhão da Liberdade nasce em 1991, nas proximidades da cidade de São Paulo, por ocasião da visita de Chiara Lubich ao Brasil. Lubich, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares, ao ser apresentada à realidade do país, observou que este se ressentia de um enorme abismo sócio-econômico, ou seja, de um contraste entre uma grande quantidade de miseráveis habitando em favelas e uma pequena parcela de ricos enclausurados em imponentes arranha-céus. Aliado a isto, Lubich também percebera que a comunhão dos bens praticada no âmbito do Movimento, já não era capaz de suprir as necessidades dos seus membros.

Entretanto, esta peculiaridade da comunhão dos recursos materiais e espirituais, parece ter sido relevante na concepção dessa experiência, como destaca: “a experiência da Economia de Comunhão, com as peculiaridades nela presentes, que decorre do estilo de vida da qual ela nasce, posiciona-se ao lado das numerosas iniciativas, individuais e coletivas, que procuraram e procuram “humanizar a economia”.¹ Esse conjunto de iniciativas de caráter solidário tem por objetivo segundo Singer (2000), “acabar com a ditadura do capital sobre o homem”² e que, por isso mesmo, manifestou-se fortemente a partir da década de 70 do século XX, em resposta às transformações impostas pela evolução do modo de produção capitalista em seu estágio mais recente.

No último quartel do século XX, o capitalismo voltou por assim dizer, ao seu ramerrão: o capital privado rompe as amarras que o manietavam, o pleno emprego deixou de ser um objetivo das políticas econômicas e o exército de reserva voltou a se tornar cada vez mais ponderável.³

¹ LUBICH, Chiara, A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico, 2002, p.17. In: BRUNI, Luigino, **Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômico em Varias dimensões**. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista, São Paulo.

² SINGER, Paul, As Bases Ideológicas da Economia Solidária, 2000, p.14. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo, **Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**, Editora Contexto, Alto da Lapa, São Paulo.

³ SINGER, Paul, Um Modo de Produção Entre Outros, 2000, p.12. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo, **Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**, Editora Contexto, Alto da Lapa, São Paulo.

Como já vimos no capítulo anterior, o cenário descrito acima se refere aos aspectos que propiciaram o surgimento da Economia Solidária. No momento aprofundaremos nos aspectos culturais, aos quais se fundamentou o desenvolvimento da Economia de Comunhão (EdC), justificados pela opinião da sua idealizadora: o modo de “agir econômico é fruto de uma cultura específica e de uma determinada visão de mundo”⁴ e a EdC é suscitada pelo estilo de vida dos membros do Movimento dos Focolares que por sua vez sofre influências da Doutrina Social Cristã.

2.1 DOCTRINA SOCIAL CRISTÃ

O final do século XIX foi marcado por profundas transformações na ordem político-econômico mundial envolvendo disputas entre Estado e Igreja e o acirramento das posições capitalistas e socialistas em toda a Europa. Neste cenário o Papa Leão XIII lançou as bases do que cem anos depois o Papa João Paulo II interpretou como **Doutrina Social Cristã**.⁵

Em seu pontificado, Leão XIII desenvolveu a idéia de que os interesses comunitários corriam mais riscos do que os interesses do mercado. Em *Rerum Novarum*, também conhecida como Sobre as Condições de Operários, ele sugere que, uma solução tem de ser encontrada para a miséria e a desgraça que, já naquele momento abatia tão contundentemente a grande maioria dos pobres.

Segundo Fuspeld (2001, p.132) o Papa Leão XIII não abriu mão de posições conservadoras quando defendia a manutenção da propriedade privada, por conseguinte condenando o socialismo.

De fato, como é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem suas forças e sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender. Portanto, se, reduzindo as

⁴ LUBICH, Chiara, A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico, 2002, p.13. In: BRUNI, Luigino, **Economia de Comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões**, Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista, São Paulo.

⁵ Fuspeld, Daniel R., **A Era do Economista**, 2001, p. 132. Editora Saraiva

suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário transformado: o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho. Mas quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito de propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro feito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem sua situação.⁶

Ao mesmo tempo, causava grande impacto ao criticar o individualismo consumista, ações egoístas de patrões e empregado, apoiar o surgimento de sindicatos trabalhistas e ressaltava a importância dos valores éticos.

Constituída assim a religião em fundamento de todas as leis sociais, não é difícil determinar as relações mútuas a estabelecer entre os membros para obter a paz e a prosperidade da sociedade. As diversas funções devem ser distribuídas da maneira mais proveitosa aos interesses comuns, e de tal modo, que a desigualdade não prejudique a concórdia. Importa grandemente que os encargos sejam distribuídos com inteligência, e claramente definidos, a fim de que ninguém sofra injustiça. Que a massa comum seja administrada com integridade, e que se determine previamente, pelo grau de indigência de cada um dos membros, a quantidade do socorro que deve ser concedida; que os direitos e os deveres dos patrões sejam perfeitamente conciliados com os direitos e deveres dos operários.⁷

Em relação ao Estado⁸, o referido papa já atentava para a intervenção deste na garantia do bem estar da sociedade, mas sempre com justiça e correção, como, por exemplo, determinar jornadas de trabalhos fixas e salários mínimos e proibir o trabalho infantil, além de outras medidas necessárias para a promoção da sociedade e de seus membros.

Assim como, pois, por todos estes meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura

⁶ Encíclica *Rerum Novarum*, 1991, p.5-6. Editora Loyola, São Paulo.

⁷ Encíclica *Rerum Novarum*, 1991, p.36. Editora Loyola, São Paulo

⁸ Conceito de Estado segundo Leão XIII: por Estado entendemos aqui, não tal governo estabelecido entre tal povo em particular, mas todo governo que corresponde aos preceitos da razão natural e dos ensinamentos divinos.

de ingerência; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum. E é evidente que, quanto mais se multiplicarem as vantagens resultantes desta ação de ordem geral, tanto menos necessidades haverá de recorrer a outros expedientes para remediar a condição dos trabalhadores.⁹

Essa iniciativa de discutir a nova ordem político-econômico e as relações sociais foi seguida por seus sucessores, inaugurando no meio religiosos a discussão sobre o consumismo rude de mercado e a volta dos valores humanistas.

O Papa João Paulo II ao comemorar os cem anos da encíclica *Rerum Novarum* reafirmou as posições já defendidas anteriormente:

Em *Centesimus Annus* (Centésimo Ano), o capitalismo era pregado como “o mais eficiente instrumento para utilizar os recursos e responder efetivamente às necessidades”. No entanto, “há inúmeras necessidades humanas que não encontram lugar no mercado”. Embora pregasse a eficiência do livre mercado, João Paulo II pedia que ações fossem tomadas para reparar as injustiças do capitalismo. Ele deixou espaço tanto para partidários do *status quo* como para reformistas.¹⁰

Ainda segundo o autor outras manifestações como o envolvimento político e social da Igreja a partir da década de 70 e a Carta Pastoral dos bispos americanos de 1984, foram resultados da prática desta Doutrina. Nesta carta que tratava de assuntos econômicos, o tema fundamental era que a pobreza não desapareceria apenas com o crescimento econômico. A sua eliminação era uma importante meta ética e requereria ação social consciente.

⁹ Encíclica *Rerum Novarum*, 1991, p.22. Editora Loyola, São Paulo

¹⁰ Fuspeld, Daniel R., *A Era do Economista*, 2001, p. 134. Editora Saraiva.

2.2 MOVIMENTO DOS FOCOLARES

O Movimento dos Focolares tem origem na cidade italiana de Trento. Sua fundadora e atual presidente é Chiara Lubich¹¹. Seu nascimento deu-se por ocasião da Segunda Guerra Mundial, onde Lubich e um grupo de amigas, despertadas e motivadas pelo Evangelho, decidiram enfrentar as mazelas da Guerra através da prática das Escrituras Bíblicas, preferindo não se refugiar nas montanhas fora da cidade, mas sim, abraçar a caridade.

Poderíamos morrer a qualquer momento, (...) houve dias que tivemos que nos refugiarmos nos abrigos antiaéreos até onze vezes por causa das bombas. (...) Naturalmente, estávamos à disposição de todas as vítimas da guerra: mães que perderam filhos, mutilados, doentes e famintos.¹²

Surgiu assim um Movimento de renovação espiritual e social. Desde os seus primórdios, as pessoas o chamaram dos “*Focolare*” – palavra italiana que significa lareira – pelo fogo do amor evangélico experimentado.

O estilo de vida adotado por aquelas jovens parecia alcançar de modo diferente quem as visse. Em apenas dois meses, mais de quinhentas pessoas já haviam se juntado a elas. E um outro fato de grande importância revela-se no caráter *leigo* deste movimento eclesial, ou seja o fato de ser formado por pessoas não investidas de ordem religiosa

Neste particular Lubich (1999) registrou que:

A visão de mundo desse Movimento está centrada na realidade de Deus Pai de todos. Disso decorre o chamado do homem, de todos os homens, a se comportarem como filhos dele e irmão entre si, numa fraternidade universal que anuncia um mundo mais unido. Por isso é que se pede a todos que ponham em prática, de maneira decidida, aquele elemento que religiosamente se chama amor: amor cristão ou, para quem é de outro

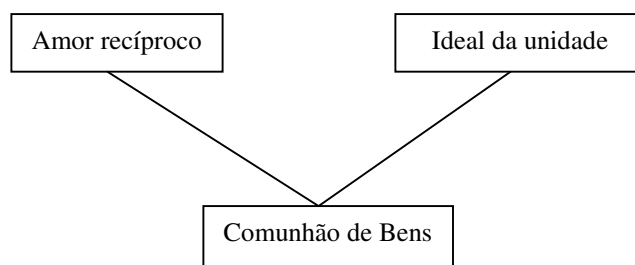
¹¹ Chiara Lubich, nasceu em 22 de janeiro de 1920 em Trento, Itália. Com o fascismo, vive anos de extrema pobreza. Os pais são tipógrafos. Chiara desde a adolescência, deu aulas particulares para pagar seus estudos. Ensinava em Castello, uma cidadezinha nos montes trentinos. Apaixonada pela verdade, iniciou os estudos de Filosofia na Universidade de Veneza, mas os teve que interromper por causa do início da Segunda Guerra Mundial. Visita Loreto. Foi o ponto de partida para a sua nova experiência espiritual. Ali teve a sua primeira intuição sobre o qual seria a sua vocação: uma nova estrada na Igreja e que muitos a seguiriam: Movimento dos Focolares, composto por leigos. A obra de paz e de unidade que se desenvolverá, como afirma Chiara repetidas vezes, “não foi pensada pela mente humana, mas veio do Alto; e são em geral as circunstâncias que nos manifestam aquilo que Deus quer. Nós procuramos seguir a Sua Vontade dia após dia”. (ver relação de prêmios oferecidos a Chiara Lubich, em anexo 02. Disponível em: www.focolares.org.br, acesso em: 23/12/2003, as 22:00.

¹² LUBICH, Chiara. Quem somos. Inglaterra: Charimos Vídeo Production, 2002.

credo, benevolência, que significa querer o bem do outro – atitude presente em todos os livros sagrados.¹³

Segundo Serafim (2001) nessa visão identificam-se três aspectos essenciais da filosofia desse Movimento, que são:

- Amor recíproco: este princípio destaca a legítima procura do bem estar do outro como se fosse o seu próprio, agindo desinteressadamente sem esperar nada em troca. Assim, o amor como relação, não anula a realidade individual e a autonomia dos seres entre os quais ele se estabelece;
- Ideal da unidade: é uma relação que se estabelece entre o “eu” e o “nós”. Nessa relação nem o coletivo e nem o indivíduo se anulam, mas o objetivo é “estabelecer relacionamentos interpessoais nos quais a diversidade é riqueza e a individualidade de cada um floresce na abertura e no dom do outro.”(LUBICH, 2002, p.12).
- Comunhão de Bens: esta categoria advém da prática das duas anteriores. Nela o indivíduo partilha a si próprio e a seus bens de forma livre, contínua e organizada. Esse uso ativo dos bens anula o caráter de simples doação.



Terminada a Guerra, o Movimento se difunde pelo resto da Itália e a partir de 1956 pela Europa e outros continentes.

Em 1960, na Alemanha, o Movimento conhece uma nova experiência: a ecumênica. Primeiro com os luteranos, depois vieram os anglicanos. Mais tarde iniciaram-se os

¹³ LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico, 2002, p.14. In: BRUNI, Luigino. **Economia de Comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões**. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista, São Paulo.

contatos com os reformados, os metodistas e os ortodoxos. “Atualmente, fiéis de trezentos e cinqüenta igrejas cristãs são ligadas ao movimento.”¹⁴

Esses contatos abriram espaço para outra experiência tão importante quanto esta: o diálogo inter-religioso. A esse respeito Lubich declara que:

Há verdades do verbo de Deus que se encontram em várias outras religiões. (...) “Não faça aos outros o que você não gostaria que fizessem a você.” Essa frase existe nas principais religiões e a chamamos de “regra de ouro”. Por que não vivê-la juntos? Assim, amamos os hindus, budistas, judeus, muçulmanos. Todas as religiões possuem o seu valor.¹⁵

E Lubich (2002, p.12) acrescenta que “essa iniciativa, com a qual desejavamos de alguma forma imitar os primeiros cristãos, foi o primeiro indício – se assim podemos dizer – de que o nosso Movimento teria também uma expressão social.”

2.2.1 MOVIMENTO DOS FOCOLARES: ESTRUTURA

Na direção do Movimento está a Presidente, que pelo Estatuto será sempre uma mulher leiga, assistida por um Conselho. Apesar de ser uma única realidade, pela variedade das pessoas que o compõem, o Movimento se desdobra em 18 ramificações, dos quais cinco são movimentos de largo alcance, que atuam em vários ambientes: “Famílias Novas”, para a unidade da família; “Humanidade Nova”, para a renovação social; “Movimento Paroquial”, no âmbito eclesial; “Jovens por um Mundo Unido”, no mundo jovem e “Movimento Juvenil pela Unidade”, para adolescentes. No centro do Movimento estão os “**Focolares**”(masculinos e femininos): são pequenas comunidades, de um novo estilo, compostos por leigos. Os Focolares são o centro de irradiação e de convergência da família do Movimento, coração do Movimento nas cidades onde se encontram. São centenas os Focolares espalhados no mundo. No Brasil, estão presentes na maioria das capitais.

¹⁴ LUBICH, Chiara. Quem somos. Inglaterra: Charimos Vídeo Production, 2002.

¹⁵ Idem.

Com o objetivo de dar suporte a formação e a prática da espiritualidade estão presentes na estrutura do movimento as **Mariápolis Permanentes**. Essas Mariápolis são pequenas “cidades”, que propõem o modelo de uma nova sociedade, com casas, escolas, indústrias, onde a lei é o amor recíproco, com a total comunhão de riquezas culturais, espirituais e materiais. Recebem milhares de visitantes todos os anos. São 20, nos cinco continentes, das quais três no Brasil: *Mariápolis Ginetta* (Vargem Grande Paulista - SP), *Mariápolis Glória* (Benevides – PA) e *Mariápolis Santa Maria* (Igarauçu – PE). Cada “Mariápolis” tem características próprias. Vejamos alguns exemplos: A primeira que surgiu, em 1965, é internacional, em Loppiano (Florença – Itália), com 750 habitantes, vindos de mais de 70 países. É um esboço da unidade mundial, onde se exprime a criatividade da nova cultura planetária que nasce da fusão das riquezas de várias raças e povos. Na República dos Camarões, Quênia e Costa do Marfim, elas são cidades-modelo que se propõe a inculturação do Evangelho nas sociedades locais. No Brasil, a *Mariápolis Ginetta*, em Vargem Grande Paulista – SP, e na Argentina, *Mariápolis Andrea*, em O’hings com os seus pólos industriais são modelos da nova “Economia da Comunhão na Liberdade”. Nas Filipinas, caracteriza-se pelo diálogo com as grandes religiões orientais. Já na Mariápolis da Alemanha possui um timbre ecumênico: convivem luteranos e católicos. Nos arredores de Nova Iorque encontra-se a *Mariápolis Luminosa* que procura ser modelo do diálogo entre raças e culturas diferentes.¹⁶

2.2.2 MOVIMENTO DOS FOCOLARES: MANIFESTAÇÕES SOCIAIS PELO MUNDO

Para Lubich a vivência do Movimento dos Focolares mostra que um *carisma*¹⁷ (unidade) consegue atrair outros, como num cacho. E completa: “portanto a fraternidade não é só um desígnio de Deus à humanidade, mas também uma exigência dos tempos.”¹⁸ Assim o Movimento sente a necessidade de se articular de modo organizado, ou seja de realizar na sociedade aquilo o que seus membros vivem entre si.

¹⁶ Nota: disponível em: www.focolares.org.br, acesso em: 12/01/2004

¹⁷ Carisma significando Dom do Espírito Santo.

¹⁸ LUBICH, Chiara. Quem somos. Inglaterra: Charimos Vídeo Production, 2002.

O Movimento dos Focolares, desde a sua criação, esteve fortemente comprometido com os problemas sociais. Estes sempre ocuparam posições relevantes na sua vasta e complexa estrutura organizacional. Tal fato resulta de elementos intrínsecos a esta espiritualidade que, desde o início, despertou nos seus membros uma consciência social operativa. A sua intervenção não se limita a um campo exclusivo, nem mesmo a determinados segmentos populacionais, mas se estende às múltiplas realidades da problemática social, apresentando uma identidade própria. Nessa, atividade, a pessoa é reconhecida como sujeito central e vértice da ação.¹⁹

Na Economia, por exemplo, a Comunhão de Bens, a Doutrina Social da Igreja e a experiência com as Mariápolis Permanentes sugeriram o nascimento da Economia de Comunhão, onde “empresas funcionem de acordo com a Economia de Mercado. A diferença é a forma de como serão administrados e a quem serão destinados os lucros.”²⁰

Nesse modelo, os lucros devem ser devidos em três partes: incremento da empresa, formação de pessoas e criação de estruturas (Mariápolis) segundo a cultura da partilha, e assistência aos pobres. Contudo a ação dos membros do Movimento não se restringe apenas a Economia

Outros profissionais como psicólogos, médicos, políticos, profissionais da comunicação, etc, também ligados ao Movimento, buscam levar a *fraternidade universal* para o seu campo de trabalho, pois a espiritualidade presente nessas iniciativas dá suporte a algumas ações mais abrangentes, das quais se destacam:

- Ação por um Mundo Unido(A.M.U.): é uma ONG sem fins lucrativos que trabalha na cooperação internacional com projetos de desenvolvimento agrícola e pluri-setorial nos campos da educação de base, do desenvolvimento agrícola, da capacitação ao trabalho. Entre outras coisas promove programas nutricionais e sanitários para suprir a insuficiência alimentar das crianças e desenvolver iniciativas de trabalho em situações de desemprego crônico;
- Adoções à Distância: uma proposta de solidariedade ativa é a de enviar uma contribuição financeira que assegure saúde e educação às crianças de vários países. Cada proposta de solidariedade à distância nasce de uma equipe local que

¹⁹ disponível em: www.focolares.org.br, acesso em: 12/01/2004

avalia as prioridades e se compromete a seguir os menores e as suas famílias de maneira continuada. Esta ação não é um simples encontro entre quem está em condições de dar e quem passa necessidade. Nela, cada um dos três pólos: a criança (e a sua família), o doador, os responsáveis do projeto *in loco*, de modo diverso, mas com igual dignidade, são sujeitos ativos.

- Fundo Mundo Unido: este fundo é constituído por contribuições dos “Jovens por Um Mundo Unido” que é utilizado para financiar projetos de promoção humana em todo mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos;
- Humanidade Nova: ao redor de Chiara Lubich surge uma comunidade de pessoas que, animadas pela descoberta do Evangelho, transformam em fatos concretos o amor aos pobres, sobretudo àqueles gerados pela guerra; porém, esta simples atitude de ajuda exprime uma aspiração mais profunda: resolver o problema social, e, juntamente com ajuda em dinheiro e gêneros alimentícios, existe também o empenho de conseguir trabalho e abrigo aos que perderam tudo na guerra. Muitos aderem àquele apelo e ao redor deles, com o tempo, nasce e se desenvolve o Movimento Humanidade Nova, que se torna à expressão dos Focolares em relação aos problemas sociais, atualmente difundido em todos os continentes. Os seus membros são representativos de cada condição humana e pertencem a todas as categorias sociais, empregados e empresários, operários e políticos, artistas e médicos, magistrados e jornalistas. Eles se propõem a viver na sociedade segundo o espírito da unidade, renovando a si mesmos e transformando o próprio ambiente, irradiando este espírito ao maior número de pessoas possível. Ao lado de todos os que têm uma fé religiosa, hoje trabalham ativamente, também pessoas de outras convicções, mas unidas pelo mesmo ideal.
- Assinaturas pela Paz: através dessa ação, jovens de todo mundo manifestam-se por meio de assinaturas pedindo a paz e se comprometendo a construí-la. Esses documentos são levados a público e entregues a órgãos e instituições que têm influência política e econômica.

²⁰ LUBICH, Chiara. Quem somos. Inglaterra: Charimos Vídeo Production, 2002.

“A assistência realizada pelo Movimento tem um objetivo definido: a promoção da pessoa e a melhoria da sua qualidade de vida, preparando-a, deste modo, para o exercício capaz e responsável da cidadania.”²¹

2.3 O MOVIMENTO DOS FOCOLARES NO BRASIL

O primeiro país a ser alcançado pelo Movimento dos Focolares fora dos limites da Europa foi o Brasil, em 1959, sendo sua primeira sede na cidade de Recife.

Em virtude do seu dinamismo, o Movimento dos Focolares expandiu-se rapidamente para outros estados do Nordeste e demais regiões do país, atraindo para si, grande e diversificado número de membros: crianças, jovens, casados, adultos não casados, consagrados virgens, sacerdotes, bispos, etc.

Hoje, após 44 anos, o Movimento conta com 15.000 membros e são aproximadamente, 284.000 as pessoas que, do norte ao sul, aderiram ao Movimento, nas formas mais diversificadas.²²

As *obras sociais* desenvolvidas pelo Movimento no Brasil, cerca de 120, abrangem as mais diferentes situações sociais. Entre essas, 20 são consistentes e são desenvolvidas autonomamente ou em parceria. De particular relevo:

- *Magnificat* – Outro importante projeto de desenvolvimento integral sustentado pela A.M.U., localizado no município de Itapecuru-Mirim – Maranhão, nascido entre latifundiários e posseiro. O projeto investe, que investe no campo sanitário, educacional, artesanal e agrícola, tem sido desenvolvido nos últimos anos em uma terra doada, de um antigo latifúndio. Juntamente com a realização de construções em alvenaria, são introduzidas novas técnicas de cultivo, acompanhados por uma formação profissional adequada e, com isso, novas oportunidades de mercado foram abertas. A sensibilidade comunitária também cresce: leva a partilhar novos conhecimentos, estruturas e equipamentos a ponto de envolver outras experiências sociais de cidades vizinhas. Hoje são 12 comunidades reunidas, num total de mais de cinco mil pessoas;

²¹ disponível em: www.focolares.org.br, acesso em: 12/01/2004.

²² disponível em: www.focolares.org.br, acesso em: 12/01/2004.

- *Santa Terezinha* – Em 1963, Dom Hélder Câmara confia ao Movimento a favela de Santa Terezinha, em Recife. Uma área conhecida por “Ilha do Inferno” devido à degradação e à violência que ali havia. Um canal de escoamento de esgoto da cidade separava-a do centro urbano. Por iniciativa do movimento é feito o tratamento do esgoto, eleva-se o nível dos barracos para que não sejam alagados quando a maré subir, a água potável é canalizada, inicia-se um centro para recuperação social, são ministrados cursos de higiene alimentar e prevenção a doenças. Através de Famílias Novas²³, chega até as famílias mais carentes, o projeto de Adoção à Distância. Depois de algum tempo, o governo aprova a construção de casas em alvenaria, abertura de uma escola e um ambulatório e um centro para os jovens. Essas mudanças sugerem a renovação da esperança àqueles que pensavam em sair da vila. Há quem poderia deixar a ilha, mas não o faz porque sabe que é um sinal visível de esperança de resgate social;

- *Favela da Pedreira* – AFAGO – SP é a sigla da Associação de Apoio à Família, ao Grupo e à Comunidade de São Paulo, uma associação filantrópica, fundada em dezembro de 1993 que atua na comunidade Vila Aparecida, assim conhecida como Favela da Pedreira, desde a sua fundação. A associação desenvolve ações para a prevenção da marginalidade infanto-juvenil, assegurando às crianças e adolescentes desprovidos de recursos, os seus direitos fundamentais como direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao esporte, o direito de crescimento na própria família, o direito à liberdade e a dignidade humana.

²³ É um setor formado pelas famílias dos membros do Movimento dos Focolares.

CAPITULO 3

PROJETO: ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE (EdC)

Com o objetivo de nos situarmos melhor, mas sem a pretensão de exaurir ou esgotar o entendimento sobre o assunto, procuramos descrever nos capítulos anteriores, o contexto no qual ela se desenvolveu e a cultura que segundo Lubich lhe dá forma: o conjunto de iniciativas de motivação solidária (também conhecida como Economia Solidária), e a espiritualidade e o estilo de vida dos membros do Movimento dos Focolares (MF) que se caracterizam por inserir no discurso e práxis econômica, temas e valores não mensurados pelo o modelo econômico dominante: solidariedade, participação, partilha, gratuidade e etc. (SINGER, 2002, 333-335 e Congresso de EdC, 2002, 18).

Neste capítulo, procuraremos apresentar a Economia de Comunhão (suas proposições, resultados e desafios) como um experiência peculiar de Economia Solidária. Peculiar, no sentido de que esta experiência, pretende inserir, como elemento distintivo do agir econômico, o elemento comunhão. (ARAÚJO, congresso EdC 2002, 18)

3.1 ECONOMIA DE COMUNHÃO (EdC): ORIGEM E OBJETIVOS

Como já descrito no 2º capítulo, a Economia de Comunhão (EdC), nasce da experiência da partilha de bens materiais e espirituais vivida pelos membros do Movimento dos Focolares (MF) e, de sua visão de Unidade e Fraternidade Universal.

Em 1991, durante uma de suas viagens ao Brasil, Chiara Lubich (fundadora e atual presidente do MF), entrou em contato com as varias realidades socioeconômicas do país. Esse contato evidenciou o elevado grau de desequilíbrio entre as classes mais ricas e as mais pobres, inclusive, no âmbito do (MF). Pois, a comunhão de bens, regular e organizada, já realizada entre seus membros, não era suficiente para suprir as necessidades de todos. Neste mesmo ano Lubich, lançou a idéia da EdC em um encontro com os membros do (MF) na Mariápolis Araceli – atual Mariápolis Ginetta. A essência da proposta foi apresentada nos seguintes termos.

aqui, sob o impulso da comunhão de bens, deveriam surgir indústrias, empresas. Empresas de tipos variados, organizadas por pessoas de todo o Brasil. Deveriam nascer sociedades empresariais das quais todos tivessem a possibilidade de participar, ainda que modestamente, mas de forma muito difusa. A gestão dessas empresas ficaria a cargo de pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com a máxima eficiência e lucratividade. A novidade seria essa: o lucro seria colocado em comum. Deveria nascer assim uma economia de comunhão na liberdade (...), queremos que o lucro seja colocado em comunhão livremente. Com qual finalidade? A mesma das primitivas comunidades cristãs: ajudar os que passam necessidades, oferecendo-lhes condição de melhoria de vida e possibilidade de emprego. Depois, obviamente, incrementar a própria empresa. E, por fim, desenvolver as estruturas desta pequena cidade, visando a formação de homens novos, porque, sem homens novos, não se constrói uma sociedade nova.¹

O objetivo central das unidades produtivas, inspiradas na EdC, além de contemplar a geração de emprego e renda, fixa-se na distribuição dos lucros em três outras finalidades específicas:

Reinvestimento na empresa;

Ajuda aos pobres; e

Formação de “Homens Novos”

1. Reinvestimento na Empresa: “(...) indica que a EdC é um projeto econômico na sua normalidade, que não se contrapõe ao mercado e a eficiência, mas posiciona-os ao que deve ser.”²

O processo de geração do lucro (melhor seria dizer dos resultados) é considerado componente essencial e estratégico, na medida em que é responsável por mediar e processar a comunhão. No contexto da EdC, ele adquire um estatuto que diverge cabalmente daquele capitalista, em consequência de um conjunto representativo de práticas interpessoais de valor extra contábil, inteiramente desconsiderada pela racionalidade econômica vigente.³

¹ Baraúna, Economia de Comunhão: Uma Experiência Peculiar de Economia Solidária, 2002, p.335. In: SINGER, Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego. Editora Contexto, São Paulo – SP.

² BRUNI, Luigino, A Cultura da Proximidade, 2004, p.07. In: Revista Economia de Comunhão: Uma Nova Cultura v. 18, Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

³ Baraúna, Economia de Comunhão: Uma Experiência Peculiar de Economia Solidária, 2002, p.335. In: SINGER, Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego. Editora Contexto, São Paulo – SP.

2. Ajuda aos Pobres:

Outro encaminhamento dado ao lucro é a comunhão com aqueles destituídos de condições de arcar autonomamente com a própria subsistência. Nesse sentido, o lucro tem sido versado para atender às suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, saúde e transporte, dentre outras.

Conforme acenado anteriormente, a prática da comunhão dos bens, realizada no Movimento, em nível pessoal e coletivo, desde os primórdios, tem por finalidade promover, de modo processual e orgânico, a igualdade social. Com o lançamento da EdC, essa prática assume a configuração de fator de distribuição, na medida em que, incidindo no âmbito produtivo, realiza imediatamente, e como é possível, a circulação da renda(...). O “destinatário” da partilha do lucro não é um desconhecido, um estranho ao projeto. Pelo contrário, é um sujeito ativo que, ao colocar em comum, ao partilhar as suas necessidades, eleva as relações interpessoais a um patamar superior, abrindo a atividade produtiva a um novo horizonte: a comunhão.⁴

3. Formação de “Homens Novos”:

Entendida como nos processo contínuo e abrangente, voltado para todas as dimensões de pessoa humana, a formação tem por base favorecer o seu pleno desenvolvimento a partir do amadurecimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas. No contexto da EdC, ela se processa de maneira relevante nas Mariápolis permanentes, visto que estas se constituem em centros de convivência e de formação junto às quais estão localizados os pólos empresariais vinculados ao projeto. Informalmente, ela se processa no cotidiano, qualificando, desmistificando e potencializando as relações nele tecidas. (...)

Gui aponta que o caráter formativo está associado à tarefa não só de modificar comportamentos, mas “de repensar profundamente a concepção que temos da atividade econômica e a própria noção de bem-estar e de ‘como’ isso pode ser alcançado. Trata-se, portanto, de reinventar a ‘cultura econômica’ dando às relações interpessoais a primazia que lhes cabe, e de contribuir para melhoria do viver humano”.⁵

⁴ Baraúna, Economia de Comunhão: Uma Experiência Peculiar de Economia Solidária, 2002, p.337. In: SINGER, Economia Solidaria no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego. Editora Contexto, São Paulo – SP.

⁵ Idem

3.2. ASPECTOS ESSENCIAIS DA EdC

A Economia de Comunhão, segundo Lubich, é uma expressão do Movimento dos Focolares e, portanto, se trata de uma obra divina pelo menos em seu espírito e nos seus aspectos essenciais, dos quais enfatizaremos abaixo, os 4 (quatro) mais importantes: a Finalidade que é o objetivo pelo qual ela surgiu; à “cultura da partilha”, que é a sua característica; “homens novos”, que não podem faltar para administra-la, e às “escolas de formação” para tais “homens”. (Lubich, 2002, p.5)

3.2.1. A FINALIDADE

A finalidade da Economia de Comunhão está contida no seu própria nome: uma economia que busca promover a comunhão entre os homens e com os bens.

De fato, sendo a Economia de Comunhão um fruto do nosso Ideal, esta sua finalidade não pode ser senão uma expressão parcial da finalidade peculiar do nosso Movimento, ou seja: trabalhar para a unidade e a fraternidade de todos os homens, solicitada pelas palavras-oração de Jesus ao Pai: “Que todos sejam um”, tornando-se assim um só coração e uma só alma, mediante a caridade recíproca.⁶

3.2.2. A CULTURA DA PARTILHA

A Economia de Comunhão apresenta, em oposição à economia consumista, baseada na cultura do “ter”, a cultura da partilha. Isso pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não o é,

o homem, criado à imagem de Deus, que é amor, encontra a sua realização justamente no amor, na partilha. Essa exigência reside no mais profundo do seu ser, quer ele tenha fé ou não. (...)⁷

⁶ LUBICH, Chiara, Quatro Aspecto Essências da EdC, 2002, p.5. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

⁷ LUBICH, Chiara, Quatro Aspecto Essências da EdC, 2002, p.6. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

Ainda segundo Lubich, não é suficiente demonstrar um pouco de caridade, oferecer esmola, ou mesmo, tentar fazer tudo sozinho. Para atingir o objetivo da EdC é necessário uma grande mobilização de recursos, que pudesse envolver empresas dispostas a colocar em comum, livremente, o próprio lucro.

3.2.3. HOMENS NOVOS

São pessoas comuns. Leigos que não se satisfazem em realizar-se só no trabalho, ou na vida de família. Eles não estão satisfeitos, não se sentem realizados enquanto não se dedicam também, e de forma direta, à humanidade.

Portanto, a decisão de trabalhar na Economia de Comunhão, ao invés de ser um peso para eles, é uma alegria, por terem encontrado um modo de se realizarem plenamente. (...)
 (...)Eles poderiam embolsar os lucros obtidos, comprar um casaco de pele para a esposa, novos presentes para seus filhos, um carro para o filho... Mas não o fazem, pois vivem por um grande Ideal e são coerentes.(...)
 São, acima de tudo, pessoas de grande fé, porque possuem uma profunda vida interior.(...)⁸

3.2.4 AS ESCOLAS

Antes de pensar em realizar iniciativas concretas, é necessário por em prática uma espiritualidade da comunhão.

(...)Espiritualidade de comunhão significa (...) a capacidade de sentir o irmão (...) como “alguém que me pertence”, para saber compartilhar das suas alegrias e seus sofrimentos, para intuir (...) e buscar soluções para as suas necessidades (...). Espiritualidade da comunhão é também a capacidade de ver, antes de mais nada, aquilo que existe de positivo no outro(...) carregando “o peso uns dos outros”. (Gal 6,2) (...)
 De fato, “por que a (EdC) progrediu? (...) Porque é promovida por pessoas do Movimento, que são formadas segundo o nosso ideal”.
 Por isso é urgente iniciar escolas para empresários, economistas, professores e estudantes de economia, para todos os membros da empresa.

⁸ LUBICH, Chiara, Quatro Aspectos Essências da EdC, 2002, p.8. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

Trata-se de seguir um itinerário espiritual, um caminho, percorrendo as várias etapas que serão propostas por um membro do MF, que tenham experiência, para que sejam concretizados no cotidiano. Trata-se, ademais, de considerar suas implicações no mundo dos negócios e de oferecer experiências válidas, que as confirmem.⁹

3.3 DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Uma marco importante na história da EdC, segundo Baraúna (2002), aconteceu alguns anos depois de seu lançamento. Em 1997, empreendedores de todo o mundo se reuniram em Roma para elaborarem um carta de princípios de gestão empresarial. Embora se tratando de um esboço preliminar, o documento procurava estabelecer os princípios que inspiram a EdC, baseado-se nas experiências em curso. Em linhas gerais, o texto alude aos seguintes quesitos:

- *ao princípio inquestionável da primazia do homem sobre os demais fatores de produção;*
- *ao compromisso efetivo com a geração de emprego e de renda a ser realizado, tendo por base a garantia de condições satisfatórias, saudáveis e adequadas de trabalho, favorecedor do desenvolvimento completo e permanente de todos os agentes envolvidos nesse processo;*
- *à observância de critérios de cooperação e participação na tomada de decisões sobre a vida da empresa;*
- *à defesa do repouso e das férias como elementos inquestionáveis, devendo ser respeitados e facilitados;*
- *à realização de horas extras de trabalho como dispositivo a ser evitado, sempre que possível;*
- *à preservação do meio ambiente e ao consumo racionado de energia, bem como de todos os demais recursos pertinentes às reservas naturais, medida que se alia às medidas contentoras de desperdício;*
- *à implantação de estruturas organizacionais que favoreçam o trabalho em grupo e o crescimento individual e profissional dos agentes produtivos;*
- *ao estabelecimento de critérios de seleção de pessoal, o qual deverá levar em consideração não somente a capacidade profissional mas, sobretudo, a adesão do candidato a esses quesitos;*
- *à comunicação de experiências, informações e conhecimento em todas as esferas e em todos os níveis, considerada como componente constituinte e constitutivo da dinâmica de comunhão. Nessa ótica as empresas estarão*

⁹ LUBICH, Chiara, Quatro Aspecto Essências da EdC, 2002, p.8-9. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

*abertas, dentro dos limites, a todas as pessoas que se interessarem em conhecê-las.*¹⁰

Ainda segundo Baraúna, após o lançamento desse documento, em muitos países se verificou a constituição de comissões regionais da EdC. Essas comissões foram formadas por especialistas de várias áreas com o objetivo de acompanhar, apoiar e avaliar o desenvolvimento das atividades empresariais, viabilizando uma “leitura da vida da empresa” à luz dos princípios da EdC, o que se efetiva mediante uma profunda comunhão entre os diversos agentes.

3.4 EdC E O PARADIGMA DA RACIONALIDADE

A idéia de “racionalidade” econômica, desempenha um papel fundamental na economia, pois exprime a idéia de “ação ótima”, como escolha dos melhores meios para satisfação dos objetivos pessoais (abordagem que hoje é chamada *instrumental*). Nesta concepção, a razão guia os indivíduos para satisfazerem do melhor modo possível os seus desejos, mas não indaga o *conteúdo* desses mesmos desejos. Na interpretação de Bruni (2002, p.46-47), isto significa que um comportamento em si não é considerado pelo seu conteúdo intrínseco, mas pela capacidade que tem de obter aqueles resultados. Bruni, então, sugere que tal visão da racionalidade tornou-se porta fácil pela qual saíram da ciência econômica os *valores* e o que movia intrinsecamente a ação. Para ele, “é a *relação meios/fins*, não o *conteúdo* dos fins e dos meios em si, que determina a racionalidade de uma ação”.¹¹

A abordagem instrumental da racionalidade exprime-se na idéia de *maximização* (de utilidade). Também as relações inter-pessoais são normalmente englobados nesta abordagem da racionalidade: “As

¹⁰ Baraúna, Economia de Comunhão: Uma Experiência Peculiar de Economia Solidária, 2002, p.337. In: SINGER, Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego. Contexto, São Paulo – SP.

¹¹ BRUNI, Luigino: Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão, 2002, p.46. In: Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em Várias Dimensões. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

amizades são boas, isto é, são úteis” (Hobbes, De homine apud Esposito, 1998, p.12).¹²

As empresas ligadas ao projeto EdC, em virtude de sua orientação cultural tendem a conjugar as exigências de competitividade e rentabilidade, típicas de empresas que operam em uma economia de mercado, com uma profunda atenção aos próprios funcionários, clientes, fornecedores e ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Seus responsáveis se empenham em demonstrar que, estas duas dimensões são perfeitamente compatíveis, isto é, produzem um efeito cinérgico entre si, alimentado-se reciprocamente. Por um lado, o respeito à natureza e aos direitos da pessoa, tornam-se elementos de promoção da competitividade, pois realiza a potencialidade dos colaboradores em todos os níveis. Por outro lado as metas alcançadas em termos de rentabilidade e afirmação no mercado, sustentam e alimentam a atenção ao elemento humano.¹³ Ao falar das conseqüências econômicas das relações inter-pessoais, Gui frisa que:

1. as relações informais têm efeitos importantes sobre o bem-estar dos membros de uma comunidade, quer diretamente, quer através da influência que eles exercem no desenrolar das atividades econômicas;
2. as relações informais são influenciadas por decisões individuais e coletivas que costumamos enquadrar na área de competência da economia, mas a ciência econômica não dispõe de instrumentos adequados para descrever (e portanto menos ainda para sugerir como gerenciar da melhor maneira) estas influências sobre a esfera “relacional”.¹⁴

A resposta às exigências de relacionalidade e de significado não-instrumental representa, de certo modo, a nova fronteira das empresas ligadas a EdC e também, um de seus pontos fortes. De um lado, a eliminação ou enfraquecimento da motivação do lucro, têm o efeito de atenuar os conflitos de interesse, removendo, um grande obstáculo à criação de um ambiente humano, marcado pela gratuidade. Por outro lado, a possibilidade de um

¹² BRUNI, Luigino: Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão, 2002, p.47. In: Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em Várias Dimensões. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

¹³ MOLTENI, Mário: Os problemas de desenvolvimento das empresas de “motivação ideal”, 2002, p.89-90. In: BRUNI: Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em Várias Dimensões. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

¹⁴ GUI, Benedetto: Organizações Produtivas com Finalidades ideais e Realização da Pessoa: Relações interpessoais e Horizontes de Sentido, 2002, p.116, In: BRUNI: Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em Várias Dimensões. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

empenho, para a perseguição de finalidades de interesse geral, válidas em si (se compartilhada, é óbvio), proporciona horizontes de sentidos mais vastos, nos quais a própria atuação se insere. (Gui, 2002, p.124)

Grande parte da vida de uma pessoa, se passa no ambiente de trabalho. Se não encontra um modo de ser feliz no trabalho, ela não conseguirá nunca ser plenamente racional.

Muitas pessoas podem dizer: “não é importante diverti-se no trabalho. O importante é ter um trabalho com o qual se possa garantir um renda a ser revertida na aquisição de bens de consumo”. Segundo Zamagni, esta idéia consiste em uma grande ingenuidade.

Grande parte da vida de uma pessoa, se subtraídas as horas de sono, é dedicada ao trabalho. Assim, de nada adianta procurar diverti-se um dia por semana, se nos outros não conseguir ser feliz. E, “a felicidade consiste, portanto, na auto-realização: eu me auto realizo quando percebo que as atividades que estou desenvolvendo, correspondem ao projeto que outro traçou para mim, mesmo que seja de maneira oculta”. (Zamagni, 2002, p.10)

Para quem não crê, a auto-realização significa desenvolver ao máximo os talentos recebidos. Entende-se então que, se uma pessoa trabalha numa empresa como as da EdC, na qual o trabalhador é considerado não só como um fator de produção, mais como um ser que aspira à sua plena realização, essa pessoa conseguirá mais facilmente ser feliz.¹⁵

Segundo Zamagni, o erro fundamental da ciência econômica, consistiu em sobre pôr os conceitos de “utilidade” e “felicidade”. Nesse sentido as ciências econômicas quer dizer que é preciso maximizar a utilidade, ou ainda, o lucro para sermos felizes.

O erro está no fato de que a utilidade é uma propriedade da relação do ser humano e coisa. Por exemplo: a água é útil se e *enquanto* é capaz de saciar minha sede.

“A felicidade, em contra partida, é a propriedade da relação entre um ser humano e o outro ser humano.”¹⁶

Para Zamagni, a primeira razão para o sucesso do projeto EdC é que, nas empresas ligadas ao projeto realizam-se as condições que permitem alcançar o objetivo de todo homem: a felicidade.

¹⁵ ZAMAGNI, Stefano, Pronunciamento na Mariápolis Ginetta, 2002, p.10. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

¹⁶ Idem

Os agentes envolvidos no projeto costumam dizer: “...estou cansado, como antes, porém estou feliz”. Eles não dizem: “agora tenho mais utilidade que antes”. Ultimamente fala-se muito de stress.

Tem-se stress quando o trabalho é realizado sem a percepção de seu sentido, ou seja, quando o trabalho não nos auto-realiza. Sabe-se que as pessoas estressadas não são necessariamente aquelas que trabalham muito. Pode-se dizer que este é o primeiro segredo da EdC: o de esclarecer (existencialmente) àqueles que trabalham nas empresas que, enquanto se trabalha, é necessário “divertir-se”, isto é, realizar-se.¹⁷

A respeito da viabilidade econômica financeira, Zamagni considera que as empresas ligadas ao projeto são sim capazes de se sustentar. Na economia contemporânea registra-se a existência de novos custos que não se observam à primeira vista, mas que estão presentes implicitamente. Trata-se dos custos de monitoração, custos de transação e custos ligados a falta de confiança.

Em sentido estrito, essas três categorias de custos nada têm haver com os “custos de produção”.

1. Os custos de transação são os custos do uso do mercado e, em particular, os custos relativos à manutenção das relações entre empresas diversas.
2. Os custos de monitoração são aqueles ligados aos assim chamados problemas do “agente principal”, isto é, são os custos que o empreendedor utiliza para garantir que os seus trabalhadores não façam *shirking*, quer dizer, não deixem de realizar todas as tarefas que lhes são exigidas. Na era pós-industrial, é que não é mais possível desenvolver um tal controle direto e imediato. Por exemplo: ao colocar uma pessoa para trabalhar na *Internet*, como posso ter a certeza de que ela não navega três horas por dia segundo seus interesses pessoais? Não é possível que isto aconteça a custo zero. De fato, as empresas de hoje, para impedir que isso aconteça, tiveram que introduzir filtros de alto custo. Análogo é o discurso no que concerne à motivação ao trabalho. Dificilmente trabalhadores não motivados darão o melhor de si, ainda que seja em razão de incentivos de tipo material.
3. Os custos de confiança, são os custos relativos a credibilidade. Quando no interior de empresas e entre empresas e instituições econômicas como os bancos, não existem fortes relações de confiança, os custos aumentam. O mais importante desse custos são as taxas de juros: quanto mais altas forem, mais baixa será a confiança ou vice-versa.¹⁸

¹⁷ ZAMAGNI, Stefano, Pronunciamento na Mariápolis Ginetta, 2002, p.10. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

¹⁸ ZAMAGNI, Stefano, Pronunciamento na Mariápolis Ginetta, 2002, p.11. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

Do ponto de vista empírico, alguns trabalhos já confirmaram a relação entre *confiança e oportunidade de desenvolvimento*. Considera-se, por exemplo, o trabalho do cientista político de Harvard, Robert Putnam e, mais recentemente, as conclusões obtidas pela Knack e Keefer que, utilizando informações obtidas junto ao Banco Mundial, estimaram a intensidade da relação entre grau de confiança nas relações interpessoais e investimentos privados. “Como era de se esperar, os autores percebem que os países que têm um nível de confiança superior ao nível médio, são os países que têm os mais elevados níveis de investimentos produtivos.”¹⁹

Segundo Zamagni, as categorias de custos expostos acima, explicam por que as empresas da EdC conseguem ser mais sólidas do que as outras. As outras empresas, para permanecerem no mercado, freqüentemente, acabam recorrendo à sonegação de impostos, aceitando formas mais ou menos veladas de corrupção, essas empresas não são sólidas. As empresas da EdC não tem necessidade de cair em semelhantes tentações, porque economizam nos custos mencionados. Este é o segundo segredo do sucesso das empresas ligadas a EdC. (Zamagni, 2002, p.11)

O terceiro ponto a ser analisado, refere-se a possibilidade de que alguém utilize os princípios fundamentais da EdC apenas para tirar vantagens pessoais.

Zamagni sugere, que este tipo de oportunismo não é possível.

De fato, se tivermos entendido o primeiro ponto, para se obter os benefícios, de que falei, é necessário que, quem participa da EdC tenha decidido viver o que Chiara chama de “cultura do dar” ou “cultura da partilha”. Isto é, se alguém não está convencido, se alguém não está persuadido interiormente do que comporta a “cultura da partilha”, ainda que entre na EdC, depois de um tempo será constrangido a deixá-la. (...)

O que isto significa? Significa que a “cultura da partilha” postula a reciprocidade, a relacionalidade. (...)

Para lhe dar eu devo, de alguma forma estar em relação como você e, para estar em relação com você, devo reconhecer em você um outro como eu. Se não existir este reconhecimento prévio, posso até dar materialmente alguma coisa, mais isto não cria relação. (...)

A cultura da partilha: pressupõe a personalização da relação, isto é, o oposto do anonimato. Eis o por quê não se pode fingir a adesão a EdC.

Se não estou convencido interiormente daquilo que faço, mais cedo ou mais tarde o outro se aperceberá, com as conseqüências que são facilmente imagináveis. Se entre meu trabalhador e eu não existi uma

¹⁹ ZAMAGNI, Stefano, Pronunciamento na Mariápolis Ginetta, 2002, p.11. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

relação de confiança, não há nada a fazer. Para dizer em termos mais complexos, o modelo da EdC supera o paradigma da racionalidade instrumental. (...)

A racionalidade praticada pelas empresas da EdC não pode ser do tipo instrumental, por que o outro para mim é um fim e não pode ser somente um meio.²⁰

3.5 ASPECTOS GERAIS DAS EMPRESAS LIGADAS AO PROJETO EdC

De George (1993), assinala que a experiência da EdC permiti destacar algumas características que podem se tornar termo de comparação para qualquer tentativa empresarial impulsionada por motivações ideais. Podemos sintetizá-los do seguinte modo:

- a) Presença na economia de mercado - Antes de mais nada, manifesta-se na experiência da EdC a vontade de estar dentro da realidade institucional, social e econômica que condiciona a vida de todos e, por conseguinte, *dentro da economia de mercado*. Também os pólos industriais, culturalmente homogêneos, que foram ou ainda vão ser constituídos em apoio ao projeto EdC, também podem ser considerados como pontos paradigmáticos para as empresas participantes, e não mais como o âmbito fechado no qual idealmente todas as empresas deveriam confluír. Como prova disso, encontramos na EdC empresas que atuam nos setores mais diversos (alguns dos quais no centro de profundas transformações) e numa grande variedade de países (quer industrializados, quer em desenvolvimento e, entre estes últimos, também alguns que passam por situações de profundo desequilíbrio);
- b) Atenção tanto à produção à distribuição da riqueza - O posicionamento da EdC, ao englobar plenamente inclusive a esfera da produção, tem, por sua vez, a intenção de introduzir uma novidade no próprio cerne da vida econômica. Podem-se, desse modo, observar nas experiências da EdC inúmeras novidades em termos de modalidade de funcionamento das empresas: o direcionamento para a colaboração nas relações com fornecedores e clientes, a transparência nas relações com a administração pública, uma propensão para a inovação (de produto e de processo) sensível também à dimensão ecológica e humana da produção e do consumo, a valorização dos operários de todos os níveis, as modalidades de gestão dos momentos de crise. Queremos acrescentar aqui algumas considerações, precisamente sobre as duas últimas dimensões citadas. (...). Assim, é freqüente encontrar, nas empresas ligadas ao projeto, soluções de organização cujo intuito é favorecer a tomada de responsabilidade por parte de cada um. A saber: o envolvimento dos colaboradores nos

²⁰ ZAMAGNI, Stefano, Pronunciamento na Mariápolis Ginetta, 2002, p.11-12. In: Economia de Comunhão: Congresso Nacional. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

processos de decisão, o cuidado com a segurança e a qualidade do ambiente de trabalho, o cuidado em evitar um excesso no horário de trabalho, a promoção de um contexto humano caracterizado pelo respeito, confiança e estima recíprocas, e a proposta de oportunidades de formação e de atualização permanentes. O outro aspecto no qual as empresas da EdC mostram talentos peculiares é a gestão dos momentos de crise. Normalmente, é no momento da crise que se ampliam as divergências latentes na organização, até se tornarem divisões e conflitos; é quando se multiplicam as tentativas de “abandonar o navio” antes que seja tarde demais; é quando as relações com os interlocutores externos se tornam ásperas. Nas empresas da EdC registram-se fenômenos radicalmente diferentes: a crise evidencia a força da unidade e da coesão existentes entre todos os colaboradores nos diversos níveis; a confiança e a estima conquistadas junto aos diversos interlocutores externos suscitam nestes últimos comportamentos de lealdade e até mesmo solidariedade, chegando ao auxílio financeiro. Em outras palavras, a crise traz à luz a presença e o valor econômico de *intangibile assets* diretamente ligados ao caminho percorrido na EdC. A energia para a sobrevivência e a retomada é obtida, em uma parcela não negligenciável, naquelas fontes;

- c) Liberdade de participação - Neste ponto, é fundamental frisar que o projeto da EdC, se apresenta como uma experiência de *liberdade*, nos dois sentidos em que a palavra pode ser entendida: no sentido de autodeterminação (liberdade de escolha) e no sentido de auto-realização (capacidade de escolha; cf. Zamagni, 1999). O critério da liberdade como *autodeterminação* é posto em prática no fato de que cada empresário decide aderir de maneira autônoma ao projeto, na medida sugerida pelas circunstâncias da empresa e pela sua situação pessoal e familiar.
- A formulação do princípio de subdivisão dos lucros mudou com o passar do tempo. Inicialmente estava prevista uma divisão em três partes em sentido estrito; em seguida, este critério assumiu o caráter de referência, passível de adaptação às circunstâncias concretas. No documento oficial de apresentação do projeto, redigido em 1998, a regra é assim reformulada; “A empresa é naturalmente gerida de modo a promover o incremento dos lucros, que os empresários decidem livremente destinar, com igual atenção: ao crescimento da empresa; ao auxílio às pessoas em dificuldades econômicas, começando por quem vive a ‘cultura do dar’; e à difusão dessa cultura”;
 - critério de distribuição dos lucros do exercício não é estabelecido de forma definitiva, mas é determinado anualmente pelos órgãos da direção da empresa;
 - Conseqüentemente, os empresários são convidados a respeitar as exigências que a vida da empresa pode fazer vir à tona em um determinado período, como por exemplo, financiar o seu desenvolvimento;
 - Para os sócios que não aderem ao projeto da EdC, está prevista a distribuição normal os dividendos que lhes cabem.

Baseando-se no conceito de liberdade no sentido de *auto-realização*, Molteni frisar o elevado nível de satisfação e motivação das pessoas que participam do projeto. Elas vêm na EdC uma correspondência profunda à natureza das próprias exigências, e isso provoca uma grande dedicação em edificá-la. As iniciativas empresariais observadas mostram grande vitalidade e positividade. O projeto está se desenvolvendo de forma consistente tendendo a se tornar um fato importante do ponto de vista social²¹. Cada vez mais pessoas ligadas ao mundo do trabalho aderem também à experiência humana e religiosa que está na origem da iniciativa.

d) Compromissos que vão além dos limites da empresa - (...) O empresário socialmente comprometido não se fecha no interior da própria empresa; tende, pela sua natureza, a se interessar pelas necessidades da realidade mais próxima e pelas regras do jogo que governam o sistema econômico e político-social no qual atua.

São pelo menos dois os motivos desta orientação para uma ação supra-empresarial. Há, antes de mais nada, uma razão cultural: a mesma motivação ideal que está na base do próprio estilo de administração leva-o a assumir os problemas e necessidades encontradas externamente. A segunda razão é mais diretamente em função do desenvolvimento da organização: o empresário que tenciona, por exemplo, minimizar os danos ecológicos causados pela sua empresa ao meio ambiente circunstante poderia se ver forçado a arcar com custos suplementares em relação a concorrentes mais despreocupados com a questão, com repercussões negativas sobre resultados competitivos e de rendimentos. Somente se as providências tomadas (ou que se pretendem tomar) internamente se tornam norma para todas as empresas, o objetivo social pode ser perseguido sem sacrificar, nem sequer por um breve período, os desempenhos da empresa. Muitos estudiosos de ética empresarial frisaram a natureza de vários níveis em que se apresentam os problemas de convergências entre equidade e interesse empresarial (cf. De George, 1993)

Entre as iniciativas externas à empresa realizadas pelos empresários da EdC, lembramos as seguintes: o compromisso de responder às necessidades dos menos favorecidos, a criação de bolsas de estudo para a formação de jovens destinados a entrar no mundo das empresas, as iniciativas em apoio ao desenvolvimento de novas empresas.²²

²¹ Ver anexo 03.

²² MOLTENI, Mario, Os Problemas do Desenvolvimento das Empresas de “Motivação Ideal”, 2002, p.92-97. In: BRUNI, Luigino, Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em Várias Dimensões. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista - SP

3.6 OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELA EdC

O Movimento das cooperativas, sempre sentiu a necessidade de se definir, não apenas por meio da adoção de práticas de participação e solidariedade, mais também pela adoção por uma cultura própria e, por conseguinte de um processo de formação à ela correspondente. Para quem se ocupa da recuperação de sujeitos fragilizados pela inserção deles no mercado de trabalho, além de conseguir assegurar-lhes uma colocação e um salário, é essencial que possam oferecer-lhes também, um contexto social acolhedor e, ao mesmo tempo envolvente, ou seja, capaz de proporcionar motivações não superficiais para um novo empenho. (Gui, 2002, p.125)

A existência de bens materiais é uma condição relevante, embora não seja a única, daquelas que o prêmio nobel em economia Amartya Sen (1992) chama (capacidades), ou seja, a possibilidade de ter acesso a uma ampla variedade de “funcionamentos” como: alimentação, saúde, conhecer-se e saber exprimir-se adequadamente, desempenhar um papel significativo na vida social, decidir sobre o próprio futuro. E o desempenho profissional de uma tarefa na vida econômica, embora prescindindo da renda que ela proporciona, é um modo privilegiado de expressar as próprias potencialidades e responsabilidades. Não por acaso, um dos maiores desafios das organizações (ligadas a EdC) é, precisamente conseguir realizar uma distribuição de renda ou de acesso ao trabalho mais próxima do sugerido por critério de justiça do que se vê como resultado do mercado, dos órgãos públicos e das normas de alocação informal de famílias e comunidades. (Gui, 2002, p. 123-124)

O desafio do desenvolvimento para qualquer empresa, apresenta-se em duas situações: em primeiro lugar, quando se estabelece uma fórmula empresarial inovadora, que assegure à empresa uma vantagem competitiva tal, que alimenta uma elevada taxa de crescimento da demanda. Esta condição possibilita, portanto, condições de crescer rapidamente, muitas vezes favorecidas por outros aspectos. Na segunda situação, a estratégia de crescimento, é imposta pelo dinamismo do sistema competitivo. O aproveitamento, por parte dos concorrentes, de importantes economias de escala e de experiência induz a empresa sobretudo a ver no crescimento a única alternativa para não cessar a atividade.

Considerando estes aspectos, parece que o enraizamento e a difusão do projeto EdC estão amplamente vinculados à sua capacidade de facilitar o processo de evolução das empresas associadas. Para que haja desenvolvimento faz-se necessária a integração dos recursos internamente disponíveis como os recursos (econômicos ou não) externos, esta afirmação leva-nos a considerar que muitas das empresas de EdC deverão saber fazer frente a um triplo desafio:

1. O crescimento lança um *desafio financeiro*, pois, via de regra, impõe a emissão de recursos financeiros que excedem aqueles colocados à disposição do autofinanciamento. Onde a empresa de EdC pode conseguir tais recursos? Não na família dos empresários, pois a adesão ao projeto deverá ter limitado, nos anos precedentes, um aumento substancial do patrimônio familiar. Não em outras empresas de vocação produtiva que participam da EdC, pois a mesma carência de capitalização deve ser comum a todas estas realidades empresariais. Uma resposta pode ser encontrada nas empresas financeiras que começam a se constituir no interior da EdC, com o objetivo de canalizar recursos, na forma de empréstimos ou de participação, para as empresas associadas (Gui, 1992); trata-se, entretanto, de uma fonte que parece ter, pelo menos até agora, um potencial limitado.

Não resta senão o recuso a financiamento fora da EdC. Aqui também podemos imaginar pelo menos dois perfis. Em primeiro lugar, pode-se levantar a hipótese do envolvimento de agentes (pessoas físicas ou jurídicas) detentores de capitais que, impressionados com o compromisso ideal observado nas pessoas que dirigem uma empresa de EdC, decidem investir nesta, renunciando, no todo ou em parte, à expectativa de remuneração. Mas é lícito pensar que, também neste caso, não se está diante de uma fonte estável de captação de recursos.

Será preciso voltar-se, então, para investidores que têm expectativas de remunerar seu capital, recorrendo ao fato de que não necessariamente todos os acionistas têm de aderir aos critérios de destinação dos lucros previstos pelo projeto. Não seria o caso de excluir o envolvimento de agentes que avaliam positivamente os planos de desenvolvimento da empresa e que talvez também por uma certa estima amadurecida pela EdC, pensam poder aproveitar também a seu favor a vantagem competitiva decorrente do patrimônio de recursos imateriais alimentado pelo fato de a empresa pertencer ao projeto. A introdução desses acionistas com expectativa de remuneração teria o efeito de evitar que as empresas de EdC se tornem substancialmente estranhas às dinâmicas do mercado financeiro. Não se trata, além do mais, de um caminho fácil de trilhar, inclusive pelas implicações discutidas no item a seguir.

2. O desenvolvimento dimensional, com a abertura a investidores de capital que não partilham plenamente os idéias de EdC e com o aumento dos colaboradores (os quais dificilmente podem ser culturalmente homogêneos, sobretudo no caso em que o rápido crescimento impeça uma seleção cuidadosa também no que se refere ao perfil motivacional), traz

um grande *desafio cultural*. Manter a fidelidade às origens em tal situação implica. De um lado, uma grande imaginação e uma liberdade igualmente grande em relação às formas inicialmente fixadas. E, por outro lado, implica também uma tensão ideal continuamente renovada, pelo fato que o empenho empresarial e as preocupações afins poderiam levar ao abandono, gradual e sub-reptício, da referência às motivações iniciais para adotar a lógica típica do negócio como fim em si mesmo.

Mas este desafio deve ser enfrentado, pois, do contrário, o desejo de fidelidade ao ideal poderia fazer prevalecer entre os empresários uma orientação a permanecerem na pequena dimensão, pelo receio – talvez não explicitado – de se desnaturar a finalidade nobre pela qual a empresa surgiu ou, num certo ponto da sua história, foi radicalmente repensada nas lógicas de funcionamento.

Poderia acontecer um fenômeno análogo àquele não raramente observável nas empresas familiares: os chefes da família, por receio de perderem o controle total da empresa, renunciam à oportunidade de crescimento, a fazerem alianças com vistas a novos e maiores objetivos, a favorecerem o ingresso de novos sócios, e assim por diante. Note-se que uma atitude deste tipo não se manifesta necessariamente como uma resposta negativa a uma proposta; ainda antes disso, ela se evidencia na falta de interesse em buscar incansavelmente novas possibilidades, em interpretar quase automaticamente como ameaças para a empresa as mudanças que ocorre no setor, e não como oportunidades, em julgar um processo de concentração gradual como um fenômeno por si mesmo deplorável – manifestação da prepotência dos sujeitos mais fortes – e não como um deslizamento na direção de uma ordem mais eficiente. No projeto, substituindo-se os objetivos egoístas próprios da família pelos ideais que caracterizam o operador de EdC, poderia haver um erro idêntico de perspectiva empresarial.

3. Chegamos assim ao terceiro e último desafio: o *desafio estratégico*. Em muitos setores, para permanecer no mercado, para crescer, é necessário fazer alianças com outros agentes que desenvolvem atividades análogas ou complementares às da empresa. Este passo aguça os problemas culturais evidenciados no item anterior. Raramente os parceiros potenciais são portadores de motivações ideais semelhantes àquelas dos empresários de EdC. Estabelecer uma aliança estratégica leva, então, à necessidade de adoção de lógicas de organização e de gestão menos caracterizadas em relação às desenvolvidas segundo a lógica da EdC. Uma vez mais, o agente empresarial pode ser chamado à difícil tarefa de manter o objetivo original na mais ampla liberdade em relação às formas.²³

²³ MOLTENI, Mario, Os Problemas do Desenvolvimento das Empresas de “Motivação Ideal”, 2002, p.106-108. In: BRUNI, Luigino, Economia de Comunhão: Uma Cultura Econômica em Várias Dimensões. Editora: Cidade Nova, Vargem Grande Paulista - SP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos de caráter associativo e solidário vêm adquirindo cada vez mais visibilidade e consistência. Essas iniciativas têm se mostrado capazes de implementar, ainda que minimamente, um contramovimento que visa a superação “ditadura do capital sobre o homem”. (Singer 2000:p.14).

Resistir a o projeto hegemônico do modelo capitalista não é suficiente. É necessário, fortalecer os mecanismos de manifestação sociais, forjar projetos que criem condições objetivas de instaurar transformações substanciais. A esse processo de resistência, é preciso ainda, combinar um movimento de caráter propositivo a um interventivo, que faça a frente a reconfiguração econômico-produtiva implantada seja nas sociedades capitalistas mais avançadas, seja nas sociedades mais periféricas.

A consciência de que este é um processo lento e gradativo, não deve arrefecer as forças e aplacar a indignação, pelo contrário, deve alimentar os influxos vitais responsáveis em ampliar o alcance do sentido e do significado atribuídos a experiência e a convivência humana.

Avançar na teorização na Economia Solidária (EcS) a partir das suas múltiplas experiências, e buscar nas experiências vividas pelos sujeitos, elementos que possam fortalecer o processo de construção de uma nova organização societária é o desafio primordial que se impõe.

Nesta perspectiva, o projeto Economia de Comunhão (EdC) vem sinalizando, ainda que embrionariamente, algumas dessas possibilidades. A experiência da EdC condensa um duplo desafio: o intelectual, já que a ciência econômica dominante não admite este tipo de experiência; e outro existencial, pois este projeto demonstra, na prática, que é possível economicamente falando, permanecer no mercado em condições vitais sem que para isto tenha que ceder a lógica que o orienta.

Ao lado de uma vasta gama de empreendimentos solidários, a EdC está se delineando como uma rede mundial de pessoas e de entidades econômicas que assumem o compromisso de cooperar na construção de um novo agir econômico, tendo por base a experiência espiritual de mais de cinquenta anos do Movimento dos Focolares.

O projeto, que consiste na criação de empresas que partilham os lucros, torna-se viável na medida em que consegue motivar seus colaboradores através da valorização da pessoa e de investimentos na qualidade das relações.

Na visão tradicional da empresa todos os aspectos são considerados em função do lucro. De modo geral, elas buscam aumentar os lucros através de estratégias de “marketing”; por esta mesma razão as empresas de EdC procuram construir uma boa imagem, para tanto os empregados não podem trabalhar em um ambiente desconfortável, a natureza deve ser respeitada, e assim por diante.

A conseqüência dessa orientação é a valorização simultânea de todos os aspectos da empresa, inclusive em se tratando dos resultados financeiros.

Hoje, ninguém contesta a necessidade de se pagar mais caro por um produto da agricultura orgânica ou por um produto com certificação. O mercado já apresenta espaço para quem quer produzir protegendo a natureza e respeitando a dignidade humana, e, isto não é uma conveniência econômica.

A longevidade alcançada por algumas das empresas ligadas ao projeto, sugere que este não seja considerado apenas uma experiência inicial, resultado de entusiasmo sem fundamentação sólida, ou como mais uma das “utopias” que comparecem na história e desaparecem com a mesma rapidez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anteag (2002). Economia Solidária e Democracia. *In* Carta de Princípios do Fórum Social Mundial: Economia Solidária, Fundamento de uma Globalização Humanizadora. Disponível em: < <http://www.ecosol.org.br/Artigos%20%20FSM.doc> >. Acesso em: 02 maio 2004.

FUSFELD, Daniel R. **A Era do Economista** / tradução Fábio Domingues Waltenberg – São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

GAIGER, L. (1996). “Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?” *In*: GAIGER, L. (Org) Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: Centro de Documentação e Pesquisa, UNISINOS.

LUBICH, Chiara. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. ABBA – Revista de Cultura, v. 4, n. 3, p. 9-18, 2002.

LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. *In* Luigino Bruni (organizador); tradução Thereza Christina F. Stummer. **Economia de comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões**. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales e TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. *In* SINGER, Paul e SOUZA, Ricardo André de (Org). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. (p. 135-158).

O Movimento dos Focolares. Disponível em: < <http://www.focolare.org/br> >. Acesso em: 05 dez. 2003.

Obras Sociais promovidas pelo Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolare.org/br/soc9pt.html>>. Acesso em: 03 jan. 2004.

PAPA JOÃO PAULO II (1991). *Centesimus Annus*: carta encíclica a comemoração do centenário da encíclica *Rerum Novarum*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

PAPA LEÃO XIII (1891). *Rerum Novarum*: carta encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (Org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.476-511 (Reinventar a emancipação social para novos manifestos, volume 2).

RAZETO, L. **Los caminos de la Economía de Solidaridad**. Chile: S. R. V. Impresos S. A., 1993.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** / tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética economia** / tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERAFIM, Maurício Custódio. **A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão**. 2001. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://teses.eps.ufcs.br/Resumo.asp?1743>>. Acesso em: 23 de agosto de 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In* SINGER, Paul e SOUZA, Ricardo André de (Org). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. (p.11-28).

_____. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (Org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.83-127 (Reinventar a emancipação social para novos manifestos, volume 2).

Anexos 01 e 03 disponíveis em: www.ibge.gov.br acesso em: 17/01/2005.

Revista Economia de Comunhão: Uma Nova Cultura vol. 18, 2004,p. 07. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista – SP.

Revista Economia de Comunhão: Congresso Nacional 2002, Centro Nacional de Pesquisa e Estudos da EdC.

Coopergatos disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano7/07/opiniao.htm> acesso às 18:00 em 25/01/2005.

ANEXO 01¹

PESQUISA MENSAL DE EMPREGOS – MPE												
PESQUISA	ANOS											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
São Paulo	405.885	395.705	462.056	414.525	359.833	467.436	447.217	643.738	699.598	642.695	458.716	600.686
Região MeT.	831.462	764.642	966.558	899.708	783.269	892.578	882.022	1.270.810	1.351.820	1.361.713	1.040.955	1.274.614

¹ análise feita apartir da escolha aleatória do mês de janeiro, disponível em: www.ibge.gov.br acesso: 17/01/2005.

RECONHECIMENTOS, PRÊMIOS E BIOGRAFIAS¹

Chiara Lubich recebeu os seguintes reconhecimentos:

Ordem do Mérito Nacional

O Presidente da República Federativa do Brasil, **Dr. Fernando Henrique Cardoso**, admitiu Chiara Lubich na Ordem do Cruzeiro do Sul, no Grau de Grande Oficial, com decreto publicado no Diário Oficial da União do dia 5 de novembro de 1997. O conferimento pelo presidente, inicialmente previsto para maio de 1998, foi realizado, ao invés, em Roma-Itália, em 8 de outubro de 1998, pelo Embaixador do Brasil junto à Santa Sede, sr. Francisco Thompson Flores. Ele entregou a condecoração à Chiara "*em sinal de profunda gratidão pela sua vida e pela sua Obra em favor do progresso do povo brasileiro, principalmente pelas classes menos favorecidas*".



Organismos internacionais:

Prêmio **UNESCO 1996** pela "Educação à Paz" (*Paris*).

Prêmio "Direitos Humanos 1998" do **Conselho da Europa** (Estrasburgo, setembro)

Ecumenismo: A cruz de ouro da "**Ordem de Santo Agostinho de Canterbury**", do Arcebispo George Carey, Primaz da Igreja Anglicana da Inglaterra (*Londres*, 1996), e a mesma cruz, em bronze, do Arcebispo Robert Runcie, (*Londres*, 1981);

A "**Cruz Bizantina**", do Patriarca ecumênico da Igreja Ortodoxa, Bartolomeu I (*Istambul*, 1995) e Dimitrios I (*Istambul*, 1984);

Prêmio "**Celebração da Paz Augustana**" (entre luteranos e católicos) (*Augsburg* - Alemanha, 1988).

Cultura: No momento atual de crises, motivadas pelo desmoronamento dos valores, assume relevância a novidade cultural do carisma da unidade, reconhecido por Universidades de vários países, com a concessão de doutorados honoris causa em Ciências Sociais, Ciências Humanas, Filosofia, Comunicação Social, Teologia, Economia... Doutorado *honoris causa* em "**Economia**", pela **Universidade Católica de Pernambuco**, tendo como motivação a "Economia de Comunhão", de sua inspiração, em maio de 1998;

- *Doutorado honoris causa em Humanidades - Ciências da Religião*, pela **Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC)**, que lhe foi conferido dia 29 de abril de 1998, pelo seu empenho na construção da paz e pela contribuição do Movimento dos Focolares no campo ecumênico.

¹ Disponível em: www.focolares.org.br; acesso em: 20/12/2004

- **Medalha de Honra ao Mérito**, pela **Universidade de São Paulo (USP)**, que lhe foi conferida dia 30 de abril de 1998, em consideração à contribuição prestada à educação promotora da paz e da unidade entre pessoas e povos;
- *Doutorado Honoris causa* conferido por unanimidade pelas **treze faculdades** da **Universidade de Buenos Aires**, em abril de 1998.
- Doutorado *honoris causa* em "**Filosofia**", pela **Universidade "S. João Batista de la Salle"**, da **Cidade do México** (junho de 1997);
- Doutorados *honoris causa* em "**Sagrada Teologia**", que lhe foram conferidos durante a sua viagem à Ásia, em janeiro de 1997:
 - pela **Pontifícia Universidade Santo Tomás**, de **Manila** (Filipinas)
 - pela **Universidade Fu Yen**, de **Taipei** (Formosa);
- Doutorado *honoris causa* em "**Comunicação social**", pela **Universidade S. João**, de **Bangcoc** (Tailândia, janeiro de 1997);
- Doutorado *honoris causa* em "**Ciências Humanas**"- proposto pelo rabino Jack Bemporad, diretor do "Centro pela compreensão judaico-cristã", junto à **Universidade Sagrado Coração**, de **Fairfield** (Connecticut, USA), pela sua contribuição ao diálogo judaico-cristão (maio 1997);
- Doutorado *honoris causa* em "**Ciências Sociais**", pela **Universidade Católica de Lublin** (Polônia, 1996); entre as motivações: "a Economia de Comunhão" e "a formação do cristão como cidadão do mundo";

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

- "**Prêmio Civilização do Amor**", pelo empenho profético no diálogo inter-religioso, do Fórum Internacional "Civiltà dell'Amore" (*Rieti* - Itália, 1996);
- "**Uma Oliveira pela Paz**", da Nação Hebraica (*Rocca di Papa* - Itália, 1995);
- "**Prêmio Templeton**", pelo progresso da Religião (*Londres* 1977).

ESPIRITUALIDADE

- "**Placa de Prata de Santa Catarina**" (*Sena* - Itália, 1987).

ANEXO 03¹

EMPRESAS EM ATIVIDADES NO MUNDO												
JANEIRO - 2004												
CONTINENTE	ANOS											
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
EUROPA	132	161	208	336	430	448	477	478	469	781	486	469
ASIA	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42
AFRICA		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9
AMERICA	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269
AUSTRALIA	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8
TOTAL	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797

¹ Dados obtidos apartir de consulta via e-mail: mbarauna@node1.com.br. Ao centro nacional de estudos e pesquisas da EdC em 17/01/2005.